

PORTUGAL

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE



SÍNTESE MONOGRÁFICA DE MOÇAMBIQUE

LISBOA MCMLXXI

ÍNDICE

	Pag
I — RESUMO HISTÓRICO	11
II — GEOGRAFIA GERAL	
a) ELEMENTO FÍSICO	
1 — Generalidades	17
2 — Relevo	18
3 — Orla marítima	20
4 — Hidrografia	23
5 — Clima	24
6 — Subsolo	25
7 — Potencialidades energéticas	26
8 — Flora	31
9 — Fauna	32
b) ELEMENTO HUMANO	
1 — Valores demográficos	32
2 — Linguística	36
III — POLITICA E ADMINISTRAÇÃO	
a) ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	
1 — Generalidades	37
2 — órgãos centrais de Administração	39
b) ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL	
1 — Generalidades	40
2 — Órgãos provinciais de Administração	41
3 — Organização judiciária	44
IV — EDUCAÇÃO E ENSINO — CIÊNCIA E INVESTIGAÇÃO —	
MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CULTURAL	
a) EDUCAÇÃO E ENSINO	49
b) CIÊNCIA E INVESTIGAÇÃO	57
c) MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CULTURAL	57

V —SAÚDE E ASSISTÊNCIA —ACÇÃO SOCIAL ...	61
VI —RELIGIÃO	67
VII — AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ACTIVIDADES EXTRACTIVAS	
a) AGRICULTURA	71
b) SILVICULTURA	74
c) PECUÁRIA	75
d) PESCA —PISCICULTURA	77
e) ACTIVIDADES EXTRACTIVAS	78
VIII — INDÚSTRIA	
a) REGIÕES INDUSTRIAIS	81
b) INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS E TRANSFORMADORAS	83
IX —ENERGIA	91
X —COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES — COMÉRCIO — TURISMO	
a) COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES	
1 — Rodoviários	93
2 — Ferroviários	97
3 — Marítimos	
a. Portos	100
b. Linhas de navegação	102
4 — Aéreos	
a. Aeródromos	103
b. Linhas aéreas	104
5 — Telecomunicações	106
b) COMÉRCIO INTERNO	
1 — Aspectos fundamentais	106
2 — Actividade bancária	107
c) COMÉRCIO EXTERNO	
1 — Comércio externo e desenvolvimento econó- mico	108
2 — Importação e exportação	108
3 — Composição das importações e das expor- tações	109
4 — Distribuição geográfica do comércio com o exterior	112
5 — Balança comercial e balança de pagamentos	113
d) TURISMO	113
XI —FINANÇAS PÚBLICAS	121
XII —PLANOS DE FOMENTO	125



I —RESUMO HISTÓRICO

A história da África a Sul do deserto do Sahara (onde a Província se situa), anterior ao período das descobertas pelos portugueses idos da Europa, é pouco conhecida.

Na ausência relativa de documentos escritos os historiadores tiveram que se socorrer de versões orais, descobertas arqueológicas e escavações para os seus estudos e trabalhos.

Embora pareça paradoxal, o continente africano aparece intimamente relacionado com os primórdios do Homem, como o demonstram os vestígios encontrados especialmente na África Austral e Oriental (na Província, na área de Magude e em Manica).

Assim, reconhece-se hoje que a história de África é mais longa do que a de outros continentes, em termos de formação geológica e de evolução do Homem.

Por outro lado, as grandes ruínas do Zimbawé ou Zimbabué (na actual Rodésia) indicam a existência de uma cultura local, com técnicas adiantadas, cuja origem é ainda um problema por resolver.

Também as notícias do «império do Monomotapa» e as referências ao «país de Ofir» e às suas riquezas mineiras, contidas em autores árabes dos séculos x a XIII, que descreveram de maneira imprecisa, é certo, e por vezes fantasiosa a costa do «Zendj» que incluía Sofala,

mostram, de certo modo, que o território onde hoje se situa a província de Moçambique tem uma história que remonta a muitos séculos.

Quando, indo da Europa, os navegadores portugueses aportaram a Sofala, foram ali encontrar um entreposto comercial onde os árabes negociavam com outros povos.

Pêro da Covilhã, enviado à Índia por D. João II em missão de reconhecimento terrestre, esteve em Sofala em 1489. Seria, portanto, o primeiro português a pisar locais que viriam a fazer parte da Província.

Na sua viagem de descoberta do caminho marítimo para a Índia, Vasco da Gama, após rondar o cabo da Boa Esperança e ter aportado à terra da Boa Gente (Inhambane), fez paragem na foz do rio dos Bons Sinais (Quelimane), tendo ancorado na ilha de Moçambique, antes de prosseguir viagem, em 1498.

Ao dobrar do século XV Pedro Álvares Cabral contactou com Sofala.

Poucos anos depois foi visitada a actual baía de Lourenço Marques, a que se deu o nome de Baía da Lagoa.

A ocupação de Sofala data de 1505. Mas, passados três anos, assiste-se à concentração de todo o interesse na ilha de Moçambique, onde se inicia a construção da que viria a ser, mais tarde, uma grande e bela fortaleza (de S. Sebastião), marco secular da presença portuguesa no Índico. A ilha e todo o território fronteiro até Sofala passam a ficar sob* a autoridade de D. Francisco de Almeida, vice-rei da Índia.

Entretanto, António Fernandes, partindo de Sofala, inicia no ano de 1514 as primeiras viagens pelo interior do território, em busca das minas de ouro. Contactou, então, o chefe Monomotapa.

Entre os anos de 1530 e 1570 são criados alguns aglomerados populacionais ao longo do Zambeze (como Sena e Tete), em Quelimane e, bem a sul, na Catembe.

Prosseguem as caminhadas para o interior, sendo de interesse salientar a de D. Gonçalo da Silveira, missionário valoroso, por volta de 1560, e a do cientista Francisco Lacerda, nos fins do século XVIII, na famosa viagem do Índico ao Atlântico, através da África — a viagem da contracosta —, só mencionando os que iniciaram as suas expedições em Moçambique porque muitos outros o fizeram partindo de Angola.

Entre 1500 e 1822 a administração exercia-se através de áreas de controle directo ou de concessões dadas a indivíduos e companhias.

Nas últimas décadas do século XIX surge digna de menção a acção do natural de Goa, Manuel de Sousa, apelidado de Gouveia, que teve grande influência nas áreas de Gorongosa e Tete (a sede do actual concelho do Barué tem o nome de Vila Gouveia).

Com as viagens de penetração e da contracosta pretendia-se, além do reconhecimento do território, salvaguardar os direitos e interesses portugueses através de uma ligação física entre Angola e Moçambique, especialmente na fase que antecedeu a Conferência de Berlim de 1885, durante a qual as grandes potências ditaram o destino do continente africano.

Posta em causa, pela Inglaterra, a legitimidade da presença portuguesa na região a sul de Lourenço Marques, foi a questão decidida a favor de Portugal, em 1875, por arbitragem do Presidente MacMahon, da República Francesa.

A ilha de Moçambique era, então, a capital da Província e aí se encontrava a sede do Governo. Porém, tornava-se urgente, face ao interesse estrangeiro pelas regiões do sul, estender até aí a autoridade efectiva, e, assim, em 1898, a sede do Governo é transferida para Lourenço Marques, vindo a transformar-se, rapidamente, numa das melhores cidades do continente e num grande centro portuário e ferroviário de projecção internacional.

Como nota final deste pequeno resumo convém, no estudo da evolução histórica face a culturas diferentes em presença, recordar a atitude que o professor americano David Abshire definiu nas seguintes palavras:

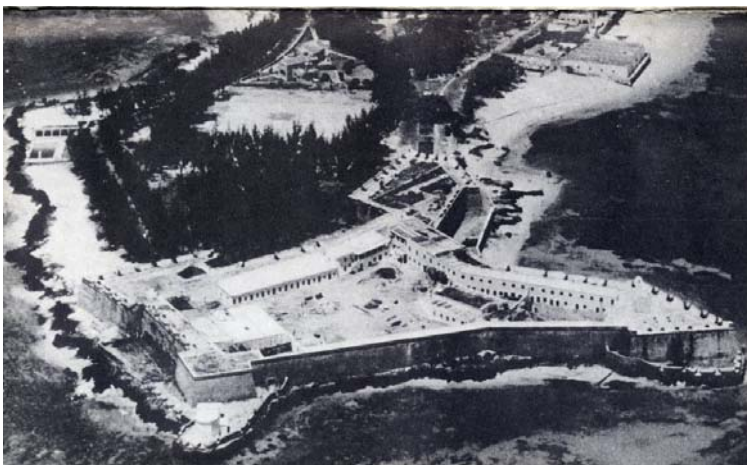
«... os portugueses demonstraram uma tolerância, habilidade para co-existir com os africanos e uma especial pré-disposição para os aceitar como nenhuns outros europeus».

Tal atitude é merecedora de meditação pelos que queiram estudar a história portuguesa de África.

Na verdade, sempre foram tomados em consideração e salvaguardados os legítimos interesses e aspirações das populações locais. São disso prova e expressão as leis e as instruções que eram transmitidas aos que partiam da Europa para se fixarem nos territórios descobertos.

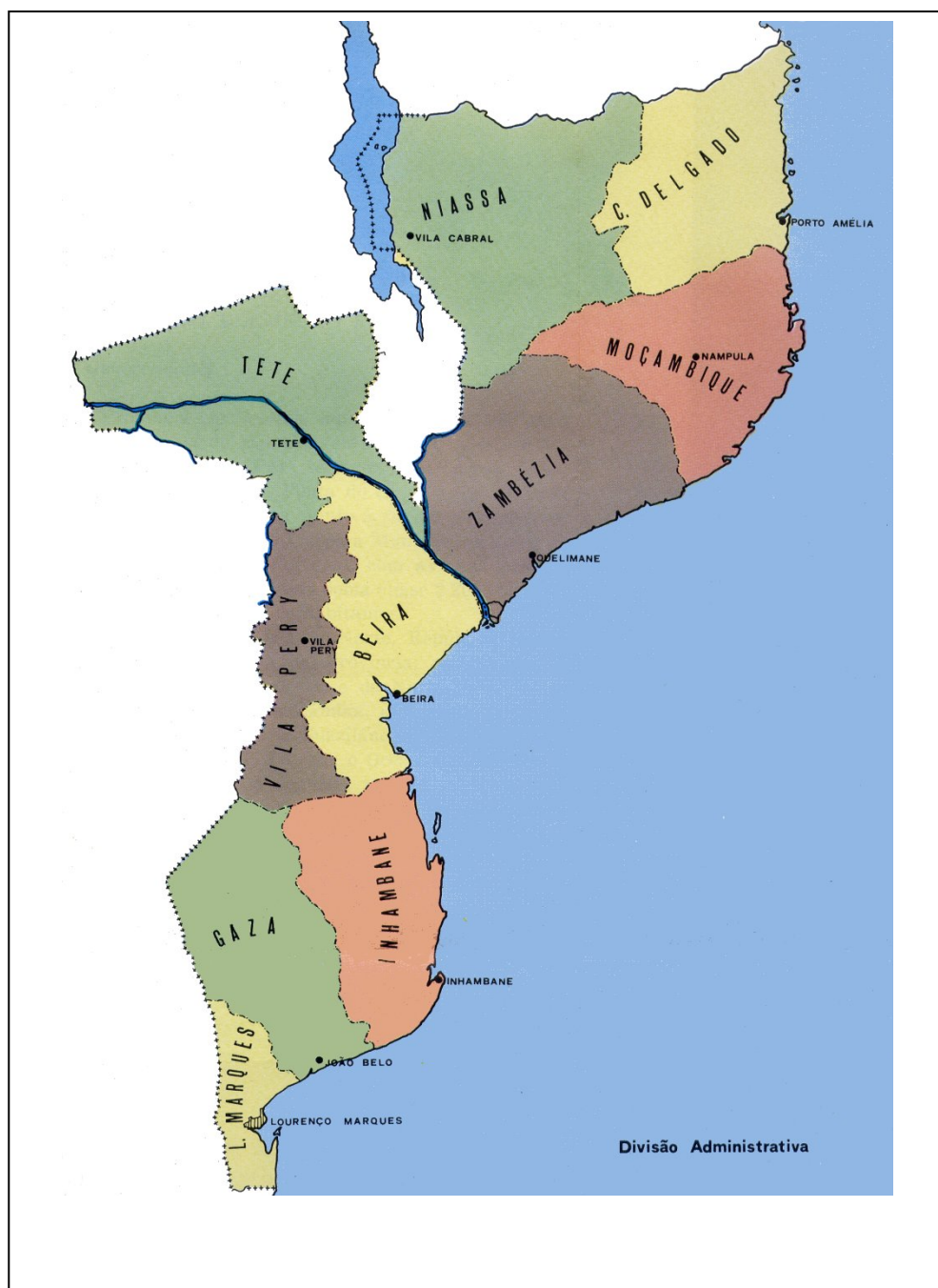
Moçambique, terra portuguesa há mais de quatro séculos, é bem o resultado do que pode uma política de contacto cultural sem preconceitos raciais, tendo como única finalidade o progresso do território e desenvolvimento das suas populações, numa comunidade de interesses com as restantes parcelas da Nação.

Fortaleza de S. Sebastião na Ilha de Moçambique



Lourenço Marques — Vista parcial





II— GEOGRAFIA GERAL

a) ELEMENTO FÍSICO

1 — Generalidades

A Província compreende uma área de 784 032 km², situando-se a sul do Equador, entre as latitudes 10° 30' e 27° — sul, portanto. Para se fazer ideia da sua maior extensão dir-se-á que da Ponta do Ouro, a Sul de Lourenço Marques, a Quionga, junto à foz do Rovuma, vai a mesma distância que de Lisboa a Munique, na Europa. Recorde-se, ainda, que Portugal, com as suas províncias de África, Oceânia e Ásia soma quase 2 200 000 km², com mais de 24 milhões de habitantes.

As suas fronteiras são: a Norte, República Unida da Tanzânia — separada da Província, na sua maior parte, pelo Rovuma; a Oeste, e de Norte para Sul, o lago

Niassa, o Malawi, a Zâmbia, a Rodésia, a República da África do Sul e a Suazilândia; a Sul, a República da África do Sul; a Leste, o Oceano Índico.

É, em superfície, a segunda parcela do território nacional. Tem configuração alongada e uma orla marítima com a extensão de 2795 kms — o que diz bem da sua importância estratégica no Oceano Índico.

Por outro lado, a extensão da costa ganha importância face aos problemas de territórios sem litoral como a Zâmbia, Malawi, Suazilândia e Rodésia.

Caracteriza-se a Província por três aspectos físicos bem definidos: zona costeira, baixa e arenosa, aqui e além semeada de lagoas e alguns terrenos pantanosos e dunas; zona intermédia de savana; e planalto interior — mais predominante no Norte.

De um modo geral, pode dizer-se que se sobe caminhando do mar para o interior, como mostram os perfis altimétricos que se apresentam na pág. 19.

Em consequência, os maiores rios correm no sentido Oeste-Leste.

2 — *Relevo*

As elevações superiores a 1500 metros acima do nível médio das águas do mar não são muito comuns.

Constituem excepções o monte Binga, junto da fronteira com a Rodésia, onde se encontra o ponto mais alto da Província — 2436 metros — bem como os montes Chimanimani, Miranga (Serra da Gorongosa), Chipirone (Milange), Namúli, no Guruè — 2419 metros — e, no distrito do Niassa, a cordilheira Jéci e os montes Metónia e Metocuè.

Nos distritos de Moçambique e do Niassa a paisagem é semeada de grandes blocos rochosos, saliências de formações mais resistentes à erosão conhecidas pelos geógrafos pelo nome de «inselbergs» (ilhas de pedra). Não atingem grande altura, mas põem uma nota característica na paisagem como acontece à volta de Nampula.

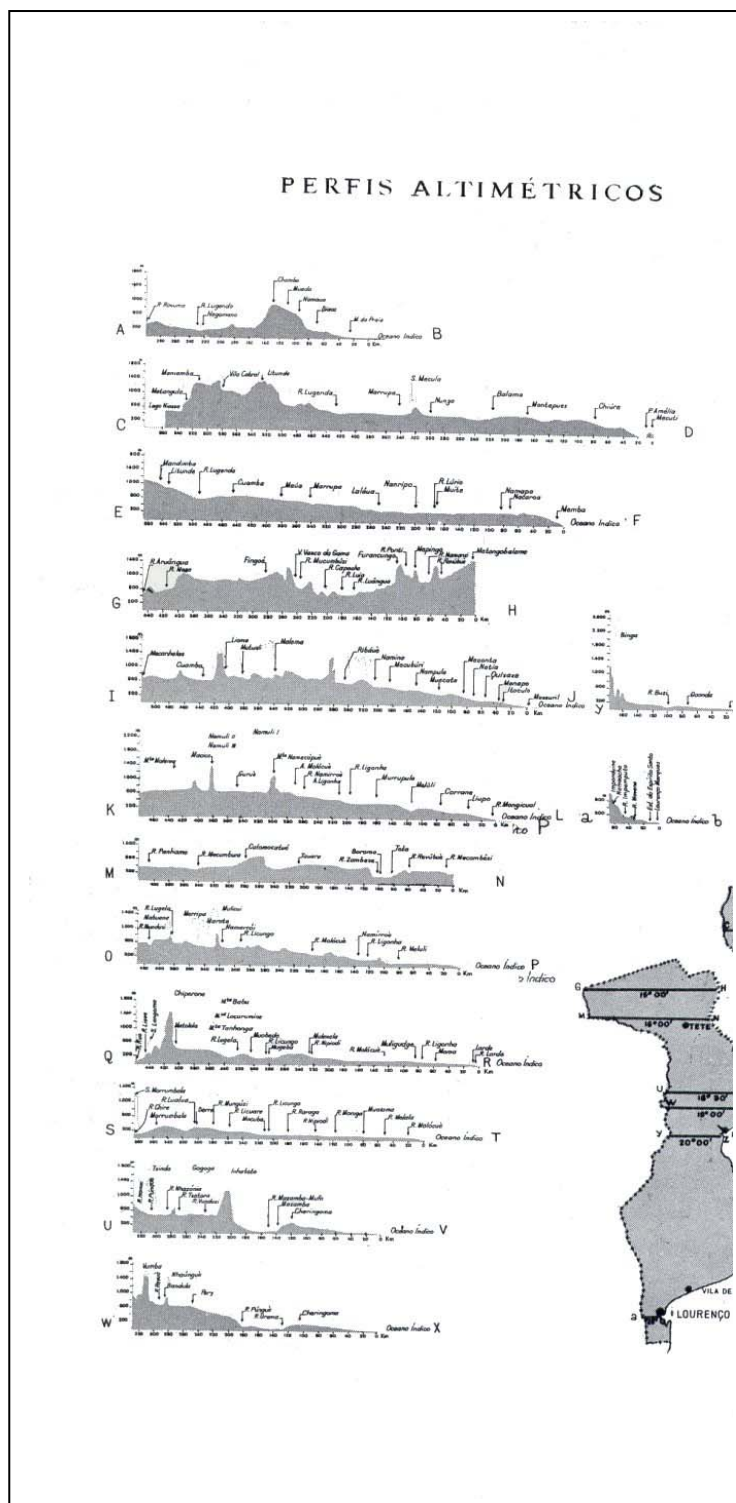
Podem distinguir-se as seguintes zonas de relevo:

a) Litoral — até 200 metros de altitude, abrangendo cerca de 45 % da província, ocupa a área quase total da parte Sul e parte da Zambézia (Baixa Zambézia) e uma faixa costeira com a penetração máxima de 150 quilómetros e média de 80.

b) Planaltos médios — entre 200 e 600 metros de altitude, abrangendo cerca de 17 % do território e constituindo como que um degrau para as zonas mais altas do interior. Sobressaem aí os planaltos dos Macondes, Nampula, Alto Molòcuè, Cheringoma, Chemba, interior de Inhambane e Gaza.

c) Altiplanaltos — entre os 600 e 1000 metros, corresponde a cerca de 25 % da área total da Província, situando-se, especialmente, na área da fronteira, distrito de Vila Pery, em Malema, Ribauè (distrito de Moçambique) e Maniamba (Niassa).

d) Montanhosa — acima dos 1000 metros (cerca de 12 %), aparece numa série de retalhos, como mostra a carta de pág. 19.



3 — Orla marítima

A orla marítima debruça-se sobre o Oceano Índico na extensão de 2795 km.

Trata-se de uma costa baixa, irregular no rumo, arenosa desde a Ponta do Ouro até ao Lumbo e mais recortada, por vezes rochosa e coralífera, daqui até à foz do rio Rovuma, na fronteira norte.

As dunas, na Ponta do Ouro, sobem a 100 metros, baixando de altitude à medida que se caminha para Norte. Vêm sendo fixadas com plantações de casuarinas, não só na Ponta do Ouro, como no Bilene (Gaza) e junto de Inhambane.

De Sul para Norte encontram-se as baías de: Lourenço Marques, onde foi construído um dos maiores e melhor apetrechados portos de África (esta baía tem 36 quilómetros de largura, desde a Polana ao farol da ilha da Inhaca, por 52 de comprimento); Inhambane; Vilanculos, com o arquipélago do Bazaruto fronteiro, formado por ilhas coraliárias rodeadas por águas límpidas e formosas; Beira; as do enorme delta do rio Zambeze (portos do Chinde e Cuama); Pebane; Antó-

nio Enes; Fernão Veloso, onde foi construído o porto de Nacala, baía magnífica e excepcional pelas óptimas condições portuárias que oferece; Pemba ou de Porto Amélia — considerada uma das maiores do mundo —; Mocímboa da Praia, Túnguè ou Palma, quase junto ao rio Rovuma, de uma beleza de paisagem de anotar. Entre Mocímboa da Praia e Palma encontram-se muitas ilhas e ilhotas, salientando-se as Quirimba e Ibo onde em tempos idos foram estabelecidos fortes e fortins.

Merece referência especial a ilha de Moçambique, fronteira ao Mossuril e Lumbo.

Em certas reentrâncias da costa o mangal cobre grandes áreas, na foz dos rios, dando uma nota característica com o seu colorido verde-escuro.

4 — Hidrografia

Todos os grandes cursos de água de Moçambique correm no sentido Oeste-Leste, desaguardo no Oceano Índico. Os maiores são rios internacionais pois vêm dos territórios vizinhos.

A propósito, tem interesse notar que o Zambeze nasce no Nordeste de Angola, atravessa esta Província numa extensão aproximada de 200 km, marca, depois, a fronteira entre a Zâmbia e a Rodésia, acabando por entrar em Moçambique no ponto mais ocidental, no Zumbo, para após mais uns 900 quilómetros em território nacional desaguar num muito ramificado delta.

Os rios Maputo, Umbeluzi, Incomati e Limpopo nascem na República da África do Sul, o Save na Rodésia e o Rovuma na Tanzânia. Cita-se ainda o rio dos Elefantes, vindo da República da África do Sul, por nele se localizar a barragem de Massingir, embora este curso de água não desaguar no mar, e o Revuè, onde se situa a barragem da Chicamba Real.

São consideradas dignas de menção as bacias do Rovuma, do Lúrio, toda ela situada em território nacional (o rio nasce no monte Malema, tendo um curso de mais de 1000 quilómetros), do Zambeze, do Save e do Limpopo.

Na grande maioria dos cursos de água o regime depende muito das chuvas locais. Alguns (conhecidos localmente por mecurros), deixam mesmo de correr na época seca, embora na das chuvas atinjam, por vezes, grande caudal, levando pontes e pontões à sua frente.

5 — Clima

A maior parte da província situa-se na zona tropical caracterizada pela sucessão das estações pluviosa e seca.

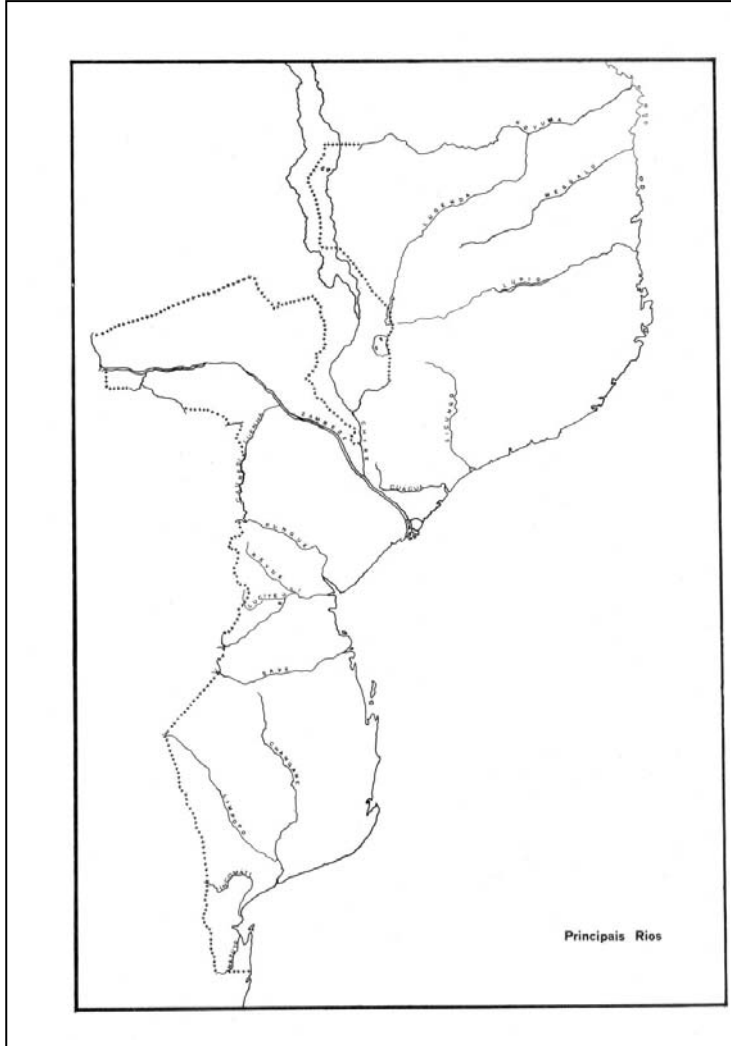
A primeira, geralmente, vai de Novembro (com as chuvas chamadas do cajú, por ser então que esta planta começa a frutificar), até Março, coincidindo com os meses quentes do hemisfério sul. Os meses mais quentes e húmidos, nas zonas costeiras do centro e norte, são os de Janeiro e Fevereiro. Mais para o interior o clima ameniza-se à medida que aumenta a altitude.

A estação seca é mais fresca e dura cinco a seis meses. Então, nas regiões mais altas, chega a fazer frio.

A Sul, o clima (enquadra-se já na região subtropical) é influenciado pelas águas quentes da corrente marítima do canal de Moçambique.

A pluviosidade varia da zona costeira para o interior. Começa por ser maior na primeira, diminui numa zona intermédia para aumentar de novo nas áreas dos maciços montanhosos do noroeste — o que permite, nos montes Namúli e Milange, por exemplo, a cultura do chá.

Há duas regiões que se salientam pela pequena quantidade de precipitação: o Noroeste do distrito de Gaza e a parte do de Tete que circunda o vale do Zambeze. Na primeira daquelas regiões admite-se que se possa vir a promover a criação do caraculo, tal como já acontece no deserto de Moçâmedes em Angola.



6 — *Subsolo*

Como foi referido no resumo histórico, acreditava-se ser a região de Manica muito rica em ouro e prata. Houve mesmo autores que relacionavam a área com as lendárias minas do rei Salomão e as terras de Ofir.

A primeira avaliação sistemática dos recursos mineiros da Província foi compilada por A. Freire de Andrade e publicada em Lisboa em 1900, num livro hoje muito valioso.

Depois, o Instituto Imperial da Grã-Bretanha procedeu a pesquisas, no decurso dos anos de 1911 a 1914, na área dos actuais distritos de Vila Pery e Beira.

A estes trabalhos outros se seguiram, quer directamente realizados pelos departamentos respectivos do Estado, quer por firmas especializadas francesas, americanas e portuguesas, mediante contratos celebrados após concursos públicos.

Com o fim de se reconhecer o subsolo, têm sido criadas brigadas de prospecção e estudo, que vêm actuando por toda a Província.

Assim, sabe-se que existem, com maior ou menor teor, minérios de: amianto, bauxite, bismutites, carvão, tantalites, diatomites, grafites, caulinos, lepidolites, mica, prata, crómio, ferro, minérios radioactivos, berílios e pedras preciosas (diamantes) e semi-preciosas (água--marinhas e esmeraldas).

ultimamente os estudos do subsolo têm-se também concentrado na procura do petróleo, que se crê existir, dadas as características das regiões prospectadas.

Na região de Panda existe um valioso depósito de gás natural.

Em Namapa, a norte, foi recentemente encontrado um depósito de minério de ferro em teor e quantidade comparáveis ao de Cassinga, em Angola.

Também em Tete está reconhecida a existência de ferro, além de manganês e outros minérios, como o carvão.

Estas circunstâncias, aliadas à da produção de energia eléctrica na barragem de Cabora-Bassa, de baixo custo, abrem novas perspectivas à economia de Moçambique com a possibilidade da instalação de indústrias pesadas.

Em anos recentes, como prova da riqueza do subsolo, têm sido autorizadas muitas concessões de prospecção e registados muitos depósitos (claims).

7 — *Potencialidades energéticas*

Data do I Plano de Fomento Nacional (1953) o aproveitamento da energia do rio Revuè, obtido através da construção da barragem do mesmo nome e da barragem Salazar (na Chicamba Real). Esta foi recentemente alteada, tendo, também, beneficiado da implantação de uma central de pé-de-barragem, com a qual foi substancialmente aumentada a sua capacidade produtiva, que permitirá elevar a exportação de energia para a Rodésia. Esta barragem assegura o abastecimento de toda a região sob a influência do Caminho de Ferro da Beira.

O aproveitamento energético do rio Revuè foi o primeiro empreendimento de grande envergadura, neste sector, realizado na Província e comporta ainda a irrigação de vasta área onde se estabeleceram conjuntos de exploração agro-pecuária, com base, especialmente, na plantação de milho, quenafe (fibra utilizada na fabricação de sacaria), citrinos e trigo, além de outros produtos.

A produção hidroeléctrica do Revuè, embora já de considerar, é pequena em comparação com a que resultará do aproveitamento do rio Zambeze (que também inclui a irrigação de milhares de hectares).

O rio Zambeze entra na Província no Zumbo a uma altitude de 300 metros e no percurso de perto de 450 km, até Tete, desce para os 30 metros.

Na garganta de Cabora-Bassa, nome que, por vezes, também foi indicado como Queruabassa, Carcabassa ou Cahora-bassa (a meio caminho entre Tete e o Zumbo) e, depois, na Lupata, o rio tem desníveis acentuados.

A construção da barragem de Cabora-Bassa, no lugar do mesmo nome, foi iniciada em 1970. Nos outros locais já referidos e ainda em Mepando e Boroma, está prevista a construção de outras barragens e centrais hidroeléctricas.

Admite-se que, na totalidade, a potência hidroeléctrica do vale do Zambeze atinja os 50 000 milhões de quilovátios/hora por ano e venha a proporcionar a energia mais barata de África. Ela será consumida na Província e nos territórios vizinhos.

No que respeita a Cabora-Bassa, trata-se de um aproveitamento que será, pela sua capacidade produtiva, o 4.º do mundo e o primeiro de África.

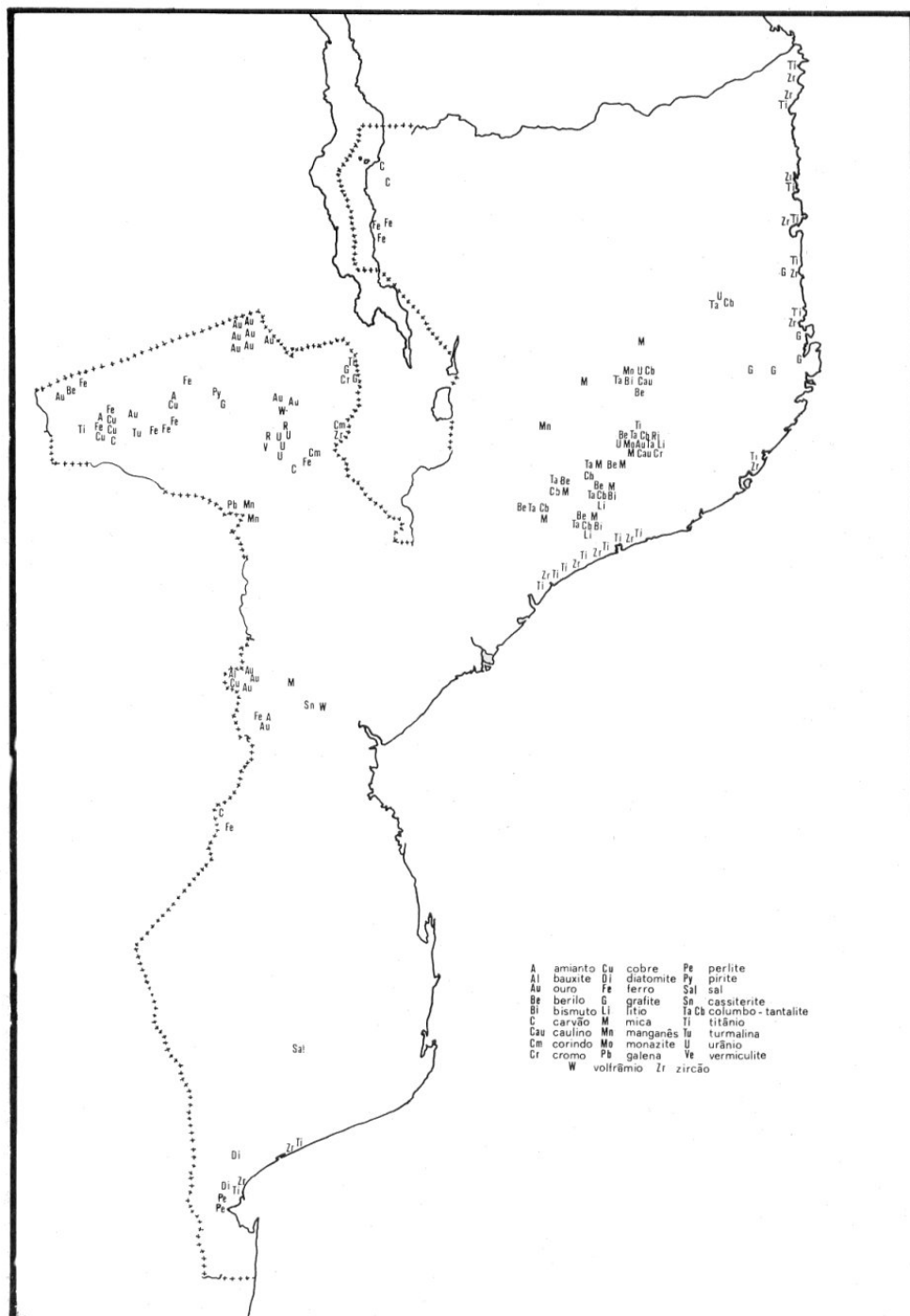
Há estudos ou projectos elaborados para aproveitamento dos rios Maputo, Lúrio, Movene e outros, estando, nesta altura, em fase de adjudicação a construção da barragem de Massingir no rio dos Elefantes.

Vista parcial da baía de Porto Amélia



O rio Zambeze no local onde está em construção a barragem de Cabora-Bassa





Esta barragem completará o sistema de irrigação já implantado no rio Limpopo, onde se construiu um açude--ponte, para represamento e derivação das águas, o qual dá passagem a veículos automóveis e à linha do caminho de ferro que liga Lourenço Marques a Malvéria.

A Província possui urânio, não se prevendo, contudo, quando se poderá contar com o seu aproveitamento, em centrais atómicas, para o fornecimento de energia.

8 — Flora

Há duas regiões fitogeográficas bem distintas: a do sul, de reduzida extensão, que vai até ao rio Incomati, e a das savanas, estepes e florestas.

A primeira é um prolongamento da região botânica da África Austral, na classificação de certos geógrafos.

Na segunda, mais caracterizadamente tropical, temos a savana, com vegetação lenhosa nos vales em galeria florestal (tipo xerófilo) e nas vertentes em povoaamentos arbustivos.

Na região das florestas aparecem-nos os tipos xerófilo, dos meios secos, e o higrófilo, dos meios húmidos.

Na zona litoral marítima os mangais ocupam os lugares abrigados e os estuários dos rios até onde chega a influência da água salgada. Há o mangal vermelho, devido à cor vermelha do lenho, e o branco, que predomina. É utilizado para a produção de taninos empregues na indústria de curtumes.

Nos meios de água doce a floresta toma a forma de galerias que a norte do rio Zambeze possuem muito maior riqueza de espécies e densidade do que a Sul.

Nos pontos mais elevados das regiões montanhosas encontra-se um tipo de floresta intermédio entre o higrófilo e o xerófilo, com predomínio do primeiro.

Barragem Salazar na Chicamba Real



As estepes predominam nas áreas planaltico-montanhosas do Norte.

9 — Fauna

A fauna compreende numerosas variedades.

Em sistematização breve podem apresentar-se duas grandes divisões: *fauna aquática* e *fauna-terrestre*.

Na primeira há a referir os crustáceos, sendo sobretudo apreciados o camarão e a lagosta.

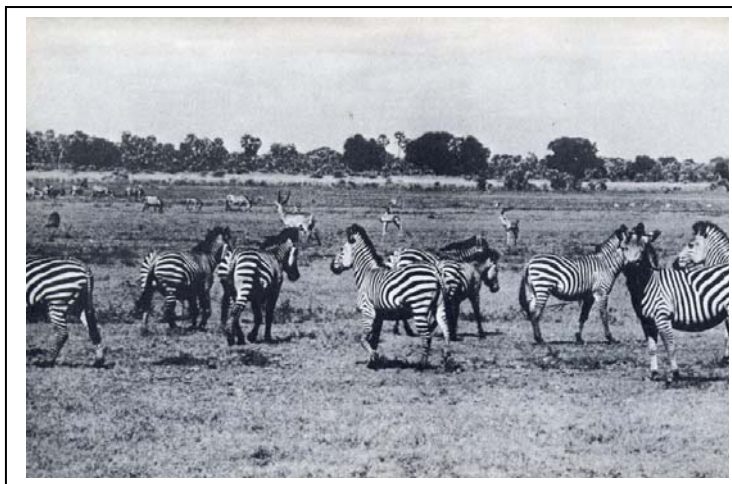
Nas águas que banham a Província abundam as espécies piscatórias. Nos rios e lagoas encontram-se o crocodilo, o hipopótamo, etc. e peixes como a tilápia, peixe tigre e outros.

Entre a fauna terrestre, citam-se o leão, leopardo, hiena, chacal, macacos, búfalo, zebra, boi-cavalo, elefante, rinoceronte, avestruz e girafa (os dois últimos nas regiões secas de Gaza), cocone, piva, chango, pala-pala, cudo e muitos outros tipos de antílopes, sem pretender esgotar a enumeração.

Entre os répteis há imensas espécies como a mamba, a cuspideira, pitão, camaleão, lagartos, etc.

São em elevado número, e de grande beleza de plumas e outros ornamentos, as aves, algumas de grande porte, como a águia real, pelicano, flamingo, abutres, corvos, etc.

Reserva de Caça da Gorongosa



b — ELEMENTO HUMANO

1 — Valores demográficos

A população da Província segundo os resultados provisórios do IV Recenseamento Geral, realizado em Dezembro de 1970, é de 8 233 034 habitantes, o que representa um aumento de 1 714 430 em relação ao Recenseamento de 1960 que acusou 6 518 604 habitantes.

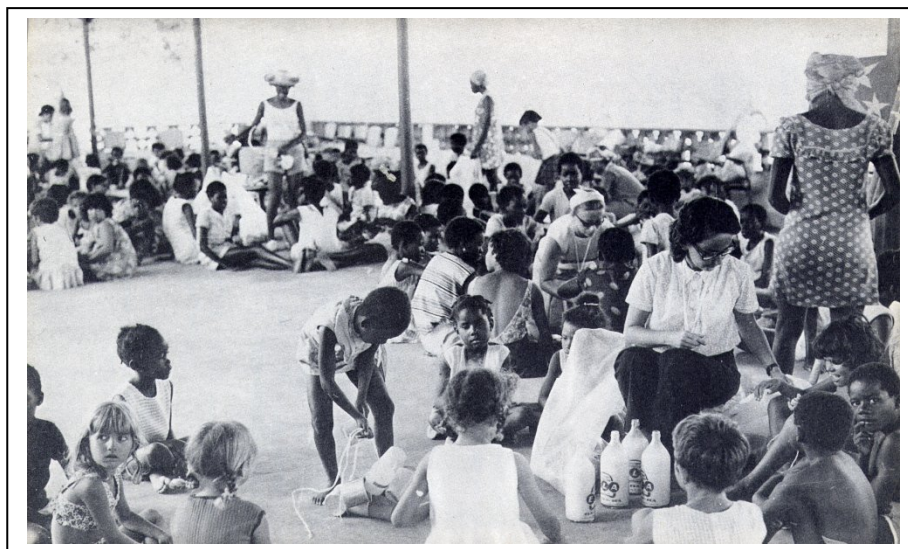
Assim, a densidade da população vai um pouco além dos 9 habitantes por quilómetro quadrado, sendo, portanto, superior à média do continente africano.

As áreas mais populosas situam-se, de Sul para Norte:

- na faixa compreendida entre Lourenço Marques e Vila Luísa, na costa, e Namaacha e Ressano Garcia, no interior;
- do Bilene aos Muchopes, com uma cunha no concelho do Chibuto;
- à volta de Inhambane, desde Zavala a Massinga, na costa, até Panda;
- nos concelhos da Beira, Dondo e parte costeira do Búzi;
 - do Chinde a Pebane e em toda a Zambézia;
 - na Mutarara e na Angónia;
- de António Enes a Palma, com maior densidade na faixa costeira, até ao rio Lúrio, seguindo por Montepuez até Porto Amélia.

A densidade populacional dos dez distritos da Província é, por ordem decrescente, a seguinte:

- Lourenço Marques — com mais de 30 habitantes por km²;
- Moçambique — com mais de 20 habitantes por km²;
- Zambézia — com mais de 14 habitantes por km²;
- Inhambane e Gaza — com mais de 9 habitantes por km²;
- Cabo Delgado — com mais de 7 habitantes por km²;
- Beira e Vila Pery — com mais de 6 habitantes por km²;
- Tete — com mais de 5 habitantes por km²;
- Niassa — com mais de 2 habitantes por km².



2 — *Linguística*

Além do português, que é a língua veicular, há 14 grupos linguísticos, de raiz africana, que se dividem em subgrupos e dialectos.

Os grupos são, de Sul para Norte: Zulo, Suazi, Ronga, Tonga, Chope, (Gui) Tonga, Nianja, Zeruro, Caranga, Sena, Macua, Ajaua, Maconde e Suaíle.

Certos autores fazem preceder a indicação do grupo linguístico do prefixo «chi» ou «xi». Como ele significa *língua*, considera-se uma redundância o seu emprego.

III — *POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO*

a) *ADMINISTRAÇÃO CENTRAL*

1 — *Generalidades*

O termo província, na designação dos territórios de além-mar, foi utilizado desde os primórdios do século XVII, tendo sido por isso acolhido, muito naturalmente, na primeira Constituição escrita, em 1822.

Ao longo dos tempos esta designação viria a sofrer alterações.

Actualmente a Constituição Política vigente (1933) define, logo no artigo 1.º, o território de Portugal na Europa, na África Ocidental e Oriental, na Ásia e na Oceânia e, mais adiante, designa as províncias ultramarinas como partes integrantes do Estado Português.

Os órgãos de soberania são o Chefe de Estado — Presidente da República —, a Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais.

O Presidente da República é eleito por um colégio eleitoral com a seguinte composição:

- a) os membros da Assembleia Nacional, da qual fazem parte deputados eleitos pelo círculo de Moçambique;
- b) os membros da Câmara Corporativa, da qual também fazem parte «procuradores» por Moçambique;
- c) representantes dos Conselhos Legislativos das províncias ultramarinas;
- d) representantes dos corpos administrativos de cada distrito e cada província ultramarina, não dividida em distritos.

A Assembleia Nacional é eleita por sufrágio directo universal, sendo o território nacional dividido, para o efeito, em círculos eleitorais. O mandato dos deputados é de 4 anos.

O Governo é constituído pelo Presidente do Conselho de Ministros, designado pelo Presidente da República, e pelos Ministros.

Entre estes figura o Ministro do Ultramar que, ao legislar sobre certas matérias, deverá ouvir o Conselho Ultramarino. Este e a Câmara Corporativa, embora noutro plano, são os dois mais importantes órgãos consultivos para as províncias.

O Conselho Ultramarino é o mais alto órgão consultivo permanente do Ministro do Ultramar.

É composto por membros nomeados e por membros eleitos pelos Conselhos Legislativos das províncias ultramarinas. Funciona, ainda, como tribunal constitucional, administrativo e de conflitos de jurisdição e competência. Conta actualmente 39 membros, entre nomeados e eleitos.

A Câmara Corporativa é, também, constituída por representantes das províncias ultramarinas.

Ora, dado que, como se viu, as províncias ultramarinas intervêm na eleição do Chefe de Estado, elegem deputados à Assembleia Nacional e estão representadas na Câmara Corporativa e no Conselho Ultramarino, elas participam na formulação da política nacional.

2 — *órgãos centrais de Administração*

São órgãos centrais da administração ultramarina a Assembleia Nacional e o Governo. Dispõem da colaboração da Câmara Corporativa, Conselho Ultramarino e da Conferência dos Governadores Ultramarinos, das Conferências Económicas e dos conselhos técnicos do Ministério do Ultramar e de outros ministérios, como órgãos consultivos.

A palavra «Governo» tanto pode referir-se ao Governo, no seu conjunto, como ao Ministro do Ultramar.

A competência legislativa e executiva de cada um dos órgãos emana da Constituição Política e da Lei Orgânica do Ultramar.

O Ministro do Ultramar e os governadores das províncias ultramarinas exercem a função legislativa e a executiva.

Coadjuvam o Ministro, dois subsecretários com as designações de Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina e Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino.

Embora cada um dos subsecretários superintenda em determinados serviços, o Ministro, sempre que as necessidades o aconselhem, pode atribuir a qualquer deles competência para despachar em assuntos normalmente atribuídos ao outro.

Como principal órgão central da administração e governo ultramarinos há um Ministério com organização adequada ao desempenho das funções atribuídas ao Ministro pelas leis fundamentais, já referidas.

Junto desse Ministério funcionam órgãos deliberativos, consultivos e de informação técnica.

As províncias ultramarinas gozam, como mais detalhadamente se verá, de faculdades legislativas e não simplesmente regulamentares, têm organização político--administrativa adequada à situação geográfica e às condições do meio social e possuem, cada uma, o seu governo próprio.

b) ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL

A autoridade superior na Província é o Governador-Geral. É o mais alto agente e representante do Governo da Nação Portuguesa.

Há ainda secretários provinciais em quem o Governador-Geral delega funções executivas.

Presentemente há nove secretarias provinciais:

Secretaria-Geral;

Saúde e Assistência;

Trabalho, Previdência e Acção Social;

Educação;

Economia;

Obras Públicas;

Comunicações;

Terras e Povoamento;

Planeamento, Integração Económica, Fazenda e Contabilidade.

Junto do Governo-Geral funciona o Conselho Económico e Social com atribuições consultivas permanentes. Tem vogais natos, eleitos e escolhidos.

Por via de regra a competência legislativa do Governador-Geral exerce-se conforme o voto do Conselho Legislativo.

A composição deste Conselho, na sua maioria constituído por vogais eleitos, garante uma adequada representação dos eleitores, das autoridades locais, dos interesses económicos, dos patrões e trabalhadores, dos interesses culturais e religiosos e dos corpos administrativos. Os vogais são eleitos por 4 anos.

O Conselho Legislativo reúne duas vezes por ano em sessões ordinárias. No intervalo destas, não estando este Conselho reunido em sessão extraordinária, poderá o Governador-Geral legislar, ouvido o Conselho Económico e Social.

É, pois, através de vogais eleitos directa ou indirectamente (neste caso por meio de representantes de grupos e associações de interesses económicos, culturais, religiosos e educacionais, sindicatos, autoridades tradicionais e corpos administrativos) que se processa a participação do povo no governo e administração provincial.

E essa participação vem desde a administração local, com a designação dos regedores, segundo as normas costumeiras, à eleição, nas várias formas, de corpos administrativos (juntas, comissões e câmaras municipais) e juntas distritais.

2 — órgãos provinciais de Administração

As províncias ultramarinas têm, como já se referiu, organização político-administrativa adequada à sua situação geográfica e às condições do meio social.

Regem-se, em regra, por legislação especial com garantia da descentralização administrativa e da autonomia financeira compatíveis com a Constituição, seu estado de desenvolvimento e recursos próprios.

Os princípios e preceitos citados contêm-se dentro da maleabilidade necessária para permitir o ajustamento do regime jurídico à evolução das circunstâncias e às particularidades próprias.

A Província não tem autoridade própria nem dispõe, portanto, de faculdades constituintes. Exerce o poder político do Estado em conformidade com as disposições da Constituição Política.

Daí que o Estado Português tenha carácter unitário.

Trata-se, na verdade, de um sistema que exprime a necessidade administrativa e de governo, não comprometendo a unidade política da Nação Portuguesa.

São órgãos provinciais de administração o Governador-Geral, e o Conselho Legislativo. O Conselho Económico e Social é o mais alto órgão consultivo do Governador-Geral.

São os seguintes os mais importantes órgãos de administração provincial:

1 — Direcções de Serviços:

- Administração Civil
- Agricultura e Florestas
- Alfândegas
- Centralização e Coordenação de Informações
- Centro de Informação e Turismo
- Economia
- Educação
- Estatística
- Fazenda e Contabilidade
- Geográficos e Cadastrais
- Geologia e Minas
- Hidráulica
- Marinha
- Obras Públicas e Transportes
- Saúde e Assistência
- Trabalho, Previdência e Acção Social (Instituto)
- Veterinária

2 — Serviços Autónomos:

- Assistência
- Portos, Caminhos de Ferro e Transportes
- Correios, Telégrafos e Telefones
- Imprensa Nacional
- Inspecção de Crédito e Seguros

3—Serviços integrados em serviços nacionais: (1)

- Aeronáutica Civil
- Delegação da Direcção-Geral de Segurança
- Meteorológicos
- Militares

4 — Outros serviços, dotados de organização especial:

- Comissão de Planeamento e Integração Económica
- Identificação Civil
- Instituto do Algodão
- Instituto dos Cereais
- Instituto de Investigação Agronómica
- Instituto de Investigação Científica
- Instituto de Investigação Médica
- Instituto de Investigação Veterinária
- Junta Autónoma das Estradas
- Polícia de Segurança Pública

- (1) Serviços nacionais são os que funcionam no âmbito de todo o território nacional (Ex. Serviço Meteorológico Nacional e D. G. Aeronáutica)

Administração local

A Província encontra-se dividida em 10 distritos:

Lourenço Marques — com sede em Lourenço Marques

Gaza — João Belo

Inhambane — Inhambane

Beira — Beira

Vila Pery — Vila Pery

Tete — Tete

Zambézia — Quelimane

Moçambique — Nampula

Cabo Delgado — Porto Amélia

Niassa — Vila Cabral

A maior autoridade administrativa no distrito é o Governador do Distrito.

Os distritos dividem-se em concelhos (transitoriamente também há circunscrições) e estes em freguesias e postos administrativos, com administradores de concelho (circunscrição) e de posto.

No distrito há uma junta distrital e no concelho ou circunscrição, e na freguesia e no posto administrativo, há, respectivamente, a Câmara Municipal, a Comissão Municipal, a Junta de freguesia e a Junta local — todas de carácter electivo.

3 — Organização judiciária

A função judicial é exercida por tribunais ordinários e especiais.

São tribunais ordinários o Supremo Tribunal de Justiça (com sede em Lisboa), o Tribunal da Relação de Lourenço Marques (2.^a instância), os Tribunais de 1.^a instância, com sede nas comarcas (sedes de distrito) e os Julgados Municipais (nos concelhos).

Entre outros há os seguintes tribunais especiais:

Tribunais de Menores; Tribunais de Trabalho; Tribunais de Execução de Penas.

Além dos tribunais judiciais há os tribunais administrativos :

Conselho Ultramarino;

Tribunal de Contas;

Tribunal Administrativo, em Lourenço Marques.

Câmara Municipal de Lourenço Marques





IV — EDUCAÇÃO E ENSINO — CIÊNCIA E INVESTIGAÇÃO—MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CULTURAL

a) EDUCAÇÃO E ENSINO

Desde os contactos iniciais dos primeiros portugueses com África que a promoção da educação tem sido considerada um dos mais importantes factores do progresso económico e social.

Na verdade, logo após as primeiras viagens, chegam à Província os missionários para ensinarem não só a doutrina cristã, mas também a ler, escrever e ofícios.

Os primeiros diplomas sistematizados, sobre educação, aplicáveis à Província, datam de 1845 e 1869.

Com essa legislação criou-se, o que se poderia designar hoje por sistema de educação rural. A evolução levou depois à existência de escolas governamentais e particulares, nas áreas mais populosas, e de escolas missionárias nas zonas rurais.

Tal situação de dualidade veio a modificar-se, passando os progressos e livros a ser idênticos em todos os lugares, mas adaptados uns e outros ao meio local.

A educação e ensino dependem da Direcção-Geral de Educação, no Ministério do Ultramar, que tem como órgão de consulta um Gabinete de Estudos e Acção Educativa.

O Ministério da Educação Nacional superintende na orientação pedagógica e científica da Universidade.

Na Província funciona a Direcção dos Serviços de Educação, dependente do Governo-Geral através do Secretário Provincial da Educação. Nesta Direcção há ainda a Inspeção Provincial de Educação, responsável pela qualidade do ensino.

O sistema e os meios de educação estão adaptados aos condicionalismos locais, com especial relevo para os textos dos livros didácticos utilizados no ensino, o qual, em linhas gerais, segue as normas aplicáveis a todo o território nacional.

As escolas primárias e postos escolares encontram-se por toda a Província. Em Lourenço Marques, Beira, Nampula e Quelimane existem escolas especiais para assistência a crianças deficientes.

Há escolas técnicas e (ou) liceus em todas as capitais de distrito e outras localidades, como Namaacha, Manica, Vila Junqueiro, ilha de Moçambique, António Enes e Nacala. Na Universidade de Lourenço Marques funcionam os cursos dos diversos ramos de engenharia, medicina, veterinária, agronomia, economia, pedagógicas, matemática, física, química e biológicas. Em 1970 a frequência era já de 1700 alunos.

A par das escolas mencionadas há as de treino post-primário e post-secundário (agricultura, veterinária, artes e ofícios, enfermagem, agrimensura, técnica de rádio,

técnica de laboratório e preparadores de farmácia, técnica radiológica e pilotagem de aeronaves).

Funcionam, ainda, escolas do magistério primário e de regentes agrícolas, e os Institutos Comercial, Industrial e de Serviço Social.'

Além das escolas oficiais é elevado o número de colégios particulares, alguns criados pelas missões católicas, bem como o de escolas pertencentes às grandes empresas industriais e agrícolas, às missões protestantes e católicas e às associações islâmicas.

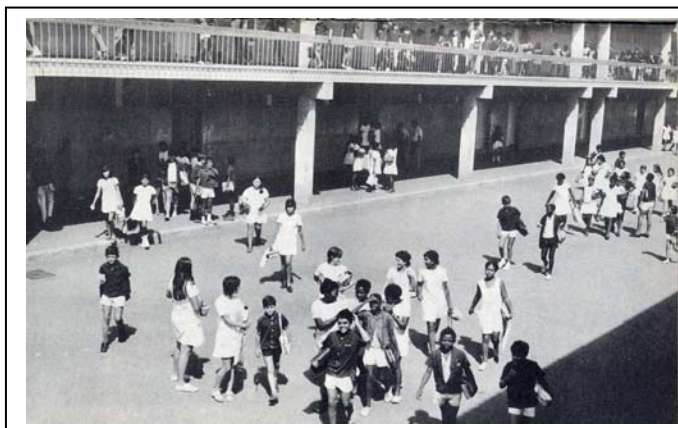
Na última década tem-se assistido a um esforço no sentido de promover uma acentuada melhoria do ensino em todos os graus (com a criação de cursos para adultos) e de maiores facilidades para a frequência dos cursos secundário, médio e universitário, com a concessão de bolsas de estudo, isenção de propinas, criação de lares de estudantes, prémios pecuniários e outras formas de auxílio, como bolsas de alimentação ou fornecimento desta pelas cantinas escolares.

Para preparação dos professores de posto escolar funcionam as escolas de Habilitação de Professores em Manhiça, Magude, Homóine, Dondo, Inhamizua, Vila Coutinho, Quelimane, Alto Molócuè, Marrere, S. Pedro, Chiúre e Vila Cabral.

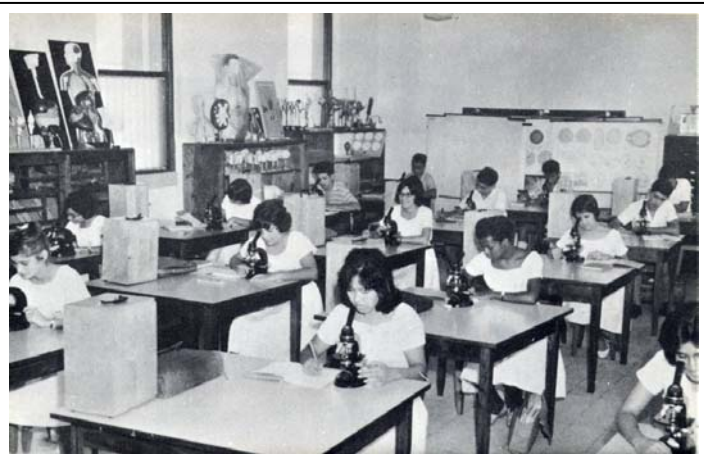
O seguinte quadro mostra a evolução do número de alunos nos diversos ramos de ensino nos últimos cinco anos:

Graus e Ramos de ensino	1965	1970
Ensino Superior	520	1 700
Ensino Médio	567	1 416
Ensino Secundário	25 192	33 681
Ensino Primário	444 355	595 000
Artístico	172	493
Eclesiástico	375	4 051
Estranho ao plano oficial	1 339	1 402
<i>Totais</i>	<i>472 520</i>	<i>637 743</i>

Alunos do Ciclo Preparatório à saída das aulas



Aula numa escola de ensino técnico





b) CIÊNCIA E INVESTIGAÇÃO

A investigação está especialmente cometida aos Institutos de Investigação Científica, Médica, Agronómica e Veterinária, bem como à Universidade de Lourenço Marques.

Além destes organismos também se dedicam à investigação o Centro Algodoeiro, a Comissão de Nutrição, o Laboratório de Geologia e Minas e o Laboratório de Ensaio e Mecânica de Solos das Obras Públicas. Algumas empresas particulares possuem centros de investigação para serviço próprio.

Por outro lado, também as missões técnicas da Junta de Investigações do Ultramar, em diversos campos, como o da saúde, solos, biologia marítima, antropologia, mineralogia, selecção e produção de alimentos comestíveis, se têm dedicado à investigação na Província.

A Junta de Investigações do Ultramar é merecedora de uma citação especial pela obra realizada em matéria de ocupação científica do território.

Além da Biblioteca Nacional, em Lourenço Marques, há outras espalhadas pelo território, umas municipais, outras de associações culturais, científicas e recreativas, sendo de citar a da Sociedade de Estudos de Moçambique, em Lourenço Marques. Existe ainda o Arquivo Histórico, muito rico em documentação.

Em Lourenço Marques e na Beira funciona o Instituto de Orientação Profissional.

c) MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CULTURAL

Rádio: salienta-se o Rádio Clube de Moçambique com emissões em onda curta e média, de frequência modulada e estereofonia.

É uma estação de radiodifusão com projecção nacional e internacional, utilizando nos seus programas, além da língua portuguesa e alguns idiomas vernáculos da província, o francês, o inglês e o africâans.

Com sede em Lourenço Marques, possui emissores regionais, sendo de destacar os de Quelimane, Nampula e Porto Amélia.

Dada a configuração da província e as enormes distâncias a vencer é a rádio um dos meios mais importantes de difusão cultural.

Imprensa: publicam-se jornais diários e semanários, revistas culturais, científicas e de assuntos económicos e sociais, boletins, como os da Sociedade de Estudos e dos Caminhos de Ferro, Anais de departamentos do Estado e outras publicações periódicas.

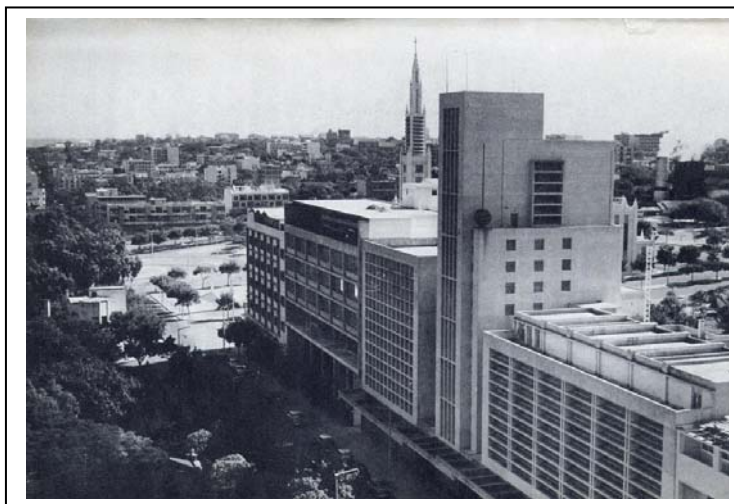
Também a Universidade de Lourenço Marques vem contribuindo, através de publicações, conferências e congressos, para a difusão cultural.

Outros meios: são muito frequentes as manifestações artísticas, entre as quais os concertos de música e dança, espectáculos de folclore onde predominam a marrabenta, a kúela, o batuque e a exibição de marimbeiros; representações teatrais, quer de amadores quer de companhias profissionais; exposições de pintura, escultura, arquitectura, fotografia e cinema, além de concursos literários, alguns patrocinados pelas Câmaras Municipais e associações recreativas.

Exercem também acção de grande interesse, na divulgação cultural, o Núcleo de Arte e a Academia de Música.

Os museus Álvaro de Castro (história, ciências naturais, antropologia e etnografia), o de mineralogia e o de História, de Lourenço Marques, bem como o antropológico e etnográfico de Nampula, são os mais bem montados.

Edifício do Rádio Clube de Moçambique



V —SAÚDE E ASSISTÊNCIA —ACÇÃO SOCIAL

Os problemas de saúde nas províncias de África têm vindo a ser estudados e encarados em bases verdadeiramente científicas desde 1902, data da fundação da actual Escola Nacional de Saúde Pública e Medicina Tropical.

Pela reorganização de 1964, a Assistência passou a estar oficialmente ligada à Saúde. Antes, aquela exercia-se de maneira um tanto dispersa, e por conseguinte, menos efectiva.

A nível da Província existe a Secretaria Provincial de Saúde e Assistência que inclui a Direcção dos Serviços de Saúde e Assistência. Em Lisboa, além da Escola Nacional de Saúde Pública e Medicina Tropical e do Hospital do Ultramar, funciona no Ministério do Ultramar a Direcção-Geral de Saúde e Assistência que submete a decisão do Ministro problemas relacionados com o sector, nas províncias de além-mar.

Um dos aspectos que mais tem preocupado Portugal tem sido o da preparação de pessoal técnico, médico e auxiliar para a defesa da saúde pública.

Assim, além de se formar médicos nas Universidades de Lisboa, Coimbra, Porto, Luanda e Lourenço Marques, também, nas escolas técnicas dos Serviços de Saúde, em Lourenço Marques, há cursos, com elevada frequência, de enfermagem, parteiras,

preparadores de laboratório e farmácia, e técnicos radiologistas. Realizam-se periodicamente cursos de aperfeiçoamento e de especialização nas actividades mais necessárias.

Refere-se alguns Serviços especiais:

De luta contra a tuberculose; contra a lepra; campanha de erradicação das boubas; campanha de erradicação do paludismo (que inicialmente foi apoiada pela Organização Mundial de Saúde); de endemias; assistência materno-infantil; saúde escolar; combate às tripanossomíases e Comissão de Nutrição.

Funcionam, como serviços de apoio de diagnóstico e tratamento, laboratórios (químico, bacteriológico e anátomo-patológico), serviços farmacêuticos com a respectiva Inspecção, além de serviços de transfusão de sangue e de raios X.

Também têm sido constituídas missões especiais de vacinação e de rastreio (desde 1920 que a vacinação contra a varíola é obrigatória). A Província dispõe de um parque de produção de vacinas.

Os hospitais dos serviços oficiais de saúde classificam-se, consoante o apetrechamento e serviços de que dispõem, em centrais, regionais, subregionais, rurais e postos sanitários. O Exército, a Polícia, os Sindicatos, certas grandes empresas públicas ou privadas, os Caminhos de Ferro, os Correios e Telégrafos e as Câmaras Municipais de algumas cidades, contam com quadros clínicos e possibilidades de hospitalização e tratamento próprios.

Os serviços de puericultura e amparo à criança distribuem-se por clínicas pré-natais, maternidades e dispensários.

Muitas das missões católicas e protestantes, que dispõem de hospitais, enfermarias, asilos, maternidades e creches espalhados pelo território, desempenham papel relevante no campo da saúde.

A unidade fundamental da ocupação sanitária é a delegacia de saúde, que actua, na área a seu cargo, por meio de postos móveis, postos sanitários, ambulâncias, maternidades, leprosarias, dispensários, postos pré-natais e de puericultura.

Na sede de cada delegacia há um «centro de saúde» constituído por hospital, maternidade e outros organismos, variáveis conforme a sua importância.

O delegado de saúde é a entidade responsável pelo saneamento e salubridade geral das populações, pela fiscalização dos alimentos de consumo local, análise das águas, inspecção das habitações, controle sobre as instalações industriais, manutenção de brigadas de desinfecção e desinfestações, etc.

A acção social do Estado está cometida a vários departamentos, com papel de relevo para o Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social e Serviços de Saúde e Assistência.

Também têm importância, neste sector, as missões religiosas, sobretudo, as católicas, e em menor escala as protestantes e islâmicas, além das associações privadas.

Entre os serviços públicos votados ao bem estar, destaca-se, pela sua acção directa, a Provedoria da Assistência Pública que mantém estabelecimentos de ensino e internatos, concede bolsas de estudo, subsídios na doença, pensões por velhice ou por desemprego, etc.

As cooperativas têm também serviços assistenciais bem como o Montepio de Moçambique e as ltuosas de diversos serviços públicos. Os sindicatos e empresas concedem protecção aos trabalhadores na doença e na incapacidade de trabalho, por acidente, e aos reformados.

A melhoria das condições de habitação constitui preocupação do Estado, através dos Fundos de Construção de Casas e das Brigadas de Melhoramentos Rurais, segundo uma política definida através de um Gabinete de Urbanização.

Seguem-se alguns dados sobre Saúde e Assistência (do Estado e outras entidades), referidos a 1970 uns, e outros a 1967:

Médicos	463
Farmacêuticos	105
Pessoal para-médico e outro	5 441
Hospitais	166
Postos sanitários	583
Dispensários	401
Maternidades	242
Número de camas	13 102 (1967)
Consultas	1406 751 (1967)
Tratamentos	4 583 680 (1967)
<i>Vacinas :</i>	
Antivariólicas	2 443 705 (1967)
Outras	153 483 (1967)

Hospital Central Miguel Bombarda



VI — RELIGIÃO

São professados vários credos religiosos. As religiões católica, protestante e islâmica estão largamente representadas, sendo o sector mais numeroso da população constituído por animistas.

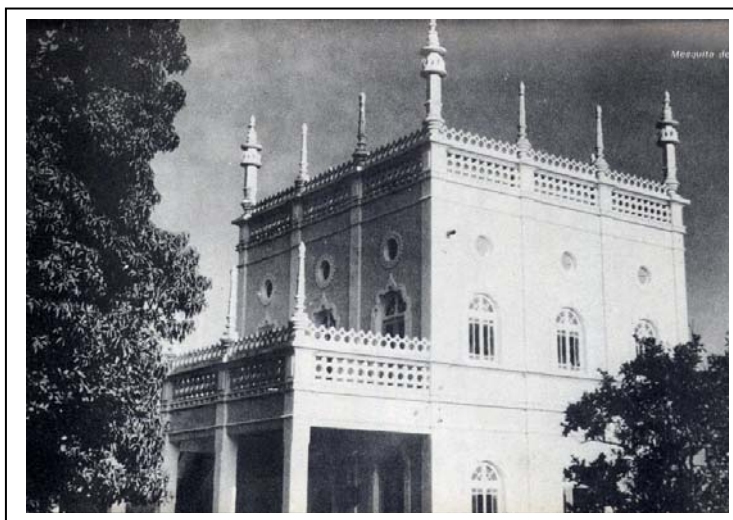
Entre estes últimos há os que praticam diversos cultos, como a patrolatria (culto dos antepassados — o mais espalhado), a zoolatria (adoração de um animal, caso da gibóia — Tsato — em Tete), de natureza totémica (funda-se em certas relações entre um antepassado e o animal que o representa).

Aliás a liberdade de culto é garantida pela Constituição Portuguesa.

Em 1612, pela Bula «In Supereminenti», o Papa Paulo V separou o território de Moçambique da Arquidiocese de Goa, tendo sido mais tarde, em 1873, criado um bispado com a Sé na ilha de Moçambique. Este só veio a ser abolido em 1940 pela Bula «Solemnibus Conventionibus», de Pio XII, que dividiu a Província na Arquidiocese de Lourenço Marques e nas dioceses sufragâneas da Beira e Nampula.

Mais tarde foram criadas as dioceses de Inhambane, Tete, Quelimane, Vila Cabral e Porto Amélia.

Refere-se que Moçambique é a parcela do território nacional onde se encontra o maior número de portugueses islamizados (cerca de um milhão).



VII — AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ACTIVIDADES EXTRACTIVAS

a) AGRICULTURA

Na Província, como em quase toda a África a Sul do Sahara, encontra-se, basicamente, uma sociedade agrária e rural, apesar do urbanismo e dos esforços realizados no sector da industrialização, ao longo dos últimos anos.

Assim, existem aqui os problemas específicos das sociedades rurais, por vezes apresentando dificuldades novas, devidas ao meio ambiente tropical, especialmente no que respeita às técnicas agrícolas.

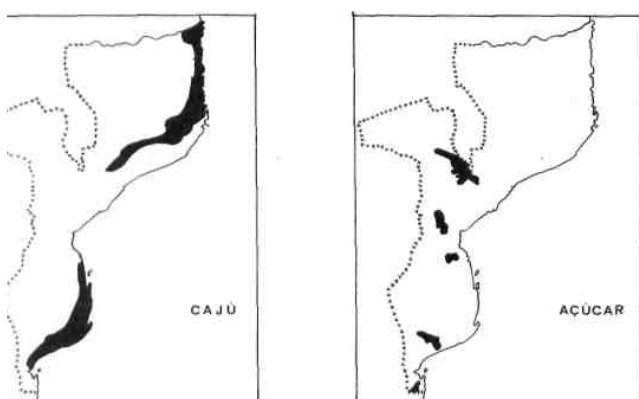
Na verdade, excepto para algumas áreas favorecidas, os solos exigem maiores cuidados de manutenção que nas regiões temperadas. Daí a necessidade de se tomar em consideração os sistemas de cultivo tradicionais e de rotação de culturas enquanto não se generalizam os meios de protecção e recuperação dos solos, por enriquecimento com adubos, obras contra a erosão, irrigação e drenagem, combate a pragas e selecção de sementes mais resistentes e de maior produtividade.

É precisamente neste âmbito que o Instituto de Investigação Agronómica, os Serviços de Agricultura e os Institutos do Algodão e dos Cereais vêm desenvolvendo uma acção muito válida e construtiva não só em relação aos produtos de mercado mas também aos de subsistência.

As cooperativas agrícolas e o reordenamento rural têm contribuído para uma melhoria da exploração da terra— o que se reflecte, desde já, nas culturas do algodão, chá, milho, trigo, feijão, arroz e produtos hortícolas.

Os produtos cultivados na Província podem classificar-se segundo um dos seguintes critérios:

- a) de maior significado na exportação;
- b) de significado médio na exportação;
- c) de menor significado na exportação;
- d) de consumo interno.



Entre os produtos de maior significado na exportação, por ordem de valores, destacam-se: algodão, castanha de caju, cana do açúcar, chá, copra e sisal.

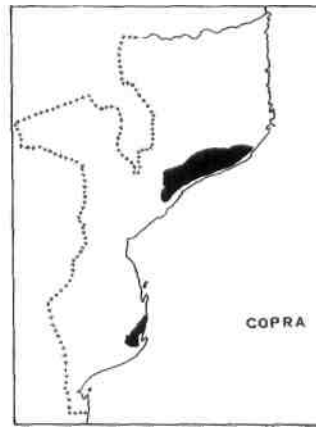
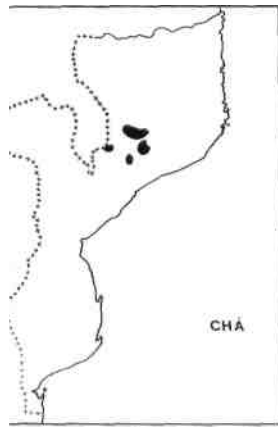
Por ordem de tonelagem teríamos primeiro a cana do açúcar, seguida da castanha de caju, algodão, copra, sisal e chá.

Na gama dos produtos alimentares, a mandioca atinge em média a produção de 700 mil toneladas, o milho 380 mil, a mapira 200 mil, o amendoim 120 mil e o trigo 10 mil toneladas.

Existem na Província os maiores palmares do mundo — mais de 13 milhões de coqueiros.

Das frutas, sobressaem as produções de bananas, citrinos, ananazes, mangas, papaias, abacates, etc.

Entre as culturas para fins industriais, cita-se a do quenafe, pela sua novidade, cuja produção em 1969 (6000 toneladas) foi inteiramente absorvida pela indústria local no fabrico de sacaria.



Um factor benéfico na agricultura é o crédito, concedido através do Instituto de Crédito Agrícola, a curto e médio prazos.

Entre as iniciativas de industrialização dos produtos agrícolas, merecem referência a da mecanização do descasque da castanha de caju e a da extracção de óleo.

É interessante lembrar que alguns dos produtos agrícolas mais utilizados na alimentação foram introduzidos em África pelos Portugueses: a cana do açúcar no séc. XV, o milho, a mandioca e o cajueiro no séc. XVI, e o arroz no séc. XVII.



b) SILVICULTURA

A exploração silvícola alimenta grande número de indústrias: serração; pasta de papel; contraplacados; chapas de fibra; destilação de madeiras; extracção de taninos, resinas e óleos; fabrico de mobílias; fósforos; construção civil; travessas para caminho de ferro, etc.

A Província é pródiga em essências florestais de valor económico.

Presentemente a exportação ultrapassa as 110 mil toneladas de produtos de madeira, com o valor de mais de 200 mil contos.

Há madeiras de vários tipos e utilidades: para marcenaria e carpintaria, construção civil, travessas para caminhos de ferro, contraplacados, suportes das galerias de minas, construção de barcos, etc.

Entre as madeiras de alto valor comercial contam-se o ébano, o pau preto e o sândalo africano.

As essências mais exportadas são: umbila, chanfuta, tule, umbaua, jambire, mugonha e mafamati.

A industrialização da madeira processa-se especialmente na Beira, onde, além de contraplacados, se preparam embalagens para tabaco e outros produtos.

O ébano africano e o pau preto são utilizados em trabalhos de escultura pelos Macondes e Senas, os quais com meios artesanais conseguem criar verdadeiras obras de arte.

Dos mangais é extraído o tanino, com várias aplicações na indústria, mas sobretudo, no curtimento de peles.

A produção de borracha ganhou relativa importância no período da segunda Grande Guerra. Depois, por não haver plantações organizadas, decaiu muito e hoje apenas uma fábrica de artigos de borracha, em Lourenço Marques, utiliza essa matéria-prima local.

Os departamentos oficiais, nos últimos tempos, têm vindo a introduzir espécies exóticas, como certas variedades de eucaliptos e pinheiros, procedendo, também, a importantes trabalhos de fixação das dunas do litoral.

c) PECUÁRIA

A pecuária é condicionada por factores ecológicos — com predomínio, em grandes áreas, das características tropicais ou subtropicais de clima e flora — e por factores patológicos específicos destas regiões (de consequências sanitárias e, portanto, económicas), entre os quais se destacam as tripanossomíases animais.

O combate à carraça tem que ser permanente e, para tanto, estabeleceu-se uma extensa rede de tanques banheiros carracidas, construídos por entidades oficiais e por criadores.

Devido às características climáticas e sanitárias a distribuição do armentio pelo território é irregular. A maior percentagem concentra-se nos distritos de Lourenço Marques, Gaza e Tete, com cerca de 80 % do efectivo. Recentemente, porém, tem aumentado o número de manadas na Zambézia.

Em consequência da cobertura sanitária e de outras medidas a cargo da Direcção dos Serviços de Veterinária e Indústria Animal, apoiada pelo Instituto de Investigação Veterinária, tem melhorado, sobretudo desde 1950, não só o número de cabeças de gado, mas também a quantidade e a qualidade da carne e do leite.

A Estação Central Zootécnica de Chobela, em Gaza, mantém um papel importante, no fomento pecuário, pelos seus estudos sobre a adaptação de raças seleccionadas exóticas e selecção e aperfeiçoamento de raças nativas como a vulgarmente chamada «landim».

Aliás, a investigação zootécnica e a disseminação dos seus resultados difunde-se por todo o território através de estações e postos de fomento pecuário e avícola. Inclui-se nesta acção a distribuição de bons reprodutores e as operações de inseminação artificial.

Como resultado do que acaba de se referir, o número de bovinos que, em 1950, era de cerca de 700 000, passou, em 1969, para 1 200 000, com equilíbrio entre a renovação e o abate.

Em 1969 calculava-se que havia meio milhão de caprinos, mais de cem mil suínos e uma centena de milhar de ovinos.

Estão-se generalizando modernas técnicas de apuramento de suínos e ovinos para produção de carne e lã, nas terras altas do interior, sendo interessante, e de referir, a experiência com ovelhas produtoras de caraculo, na região do Pafúri, a qual tem sido seguida por técnicos portugueses treinados em Angola.

d) PESCA — PISCICULTURA

Apesar da grande extensão da costa, não existe ainda uma indústria de pesca que se possa comparar à existente em Angola.

É certo que as águas próximas não são muito ricas, mas a verdade é que só recentemente se promoveram estudos adequados sobre a riqueza piscatória, daí resultando a constituição de algumas empresas de pesca e transformação do pescado.

Actualmente apenas tem alguma importância a pesca do camarão e da lagosta para abastecimento local e exportação.

As populações do litoral dedicam-se à pesca, utilizando, para tanto, técnicas artesanais, garantindo, assim, o abastecimento dos centros menos importantes da província. As maiores cidades são fornecidas de peixe por pequenas traineiras já dotadas de alguma aparelhagem apropriada.

Em certas áreas procede-se à seca do peixe, para ser consumido mais tarde ou ser mais facilmente transportado das regiões onde abunda para outras (este peixe é sobretudo capturado em lagos e rios).

O Estado tem fomentado a piscicultura com o intuito de melhorar a dieta alimentar das populações do interior da província. Ela é praticada não só em tanques artificiais como em lagoas.

É certo que as proteínas animais se podem também obter da carne, mas a existência de caça ou de gado está condicionada pelas disponibilidades de água e pastagens na época seca e, ainda, pelos investimentos que a pecuária exige. Daí a preocupação com a piscicultura, como fonte de proteínas em certas áreas.

Na Província a piscicultura assumiu resultados práticos a partir de 1952. Presentemente existe a Estação de Piscicultura do Umbelúzi e vários postos piscícolas, tendo em vista o povoamento de cursos de água, lagoas e represas. Os postos espalham-se por todo o território, sendo de salientar os de Bilene, Massinga, Zavala, Muatua, Mogovolas, Murrupula e Namafta.

Existe também uma boa centena de albufeiras e tanques, pertencentes a particulares, onde se criam peixes para consumo e pesca desportiva, em geral, tilápias e peixe tigre.

e) ACTIVIDADES EXTRACTIVAS

As actividades extractivas e, designadamente, as explorações mineiras, efectuam-se desde tempos muito remotos.

Como ficou anotado, a riqueza mineira de parte do território que veio a formar a Província — (Sofala) — era considerada fabulosa.

Assim, nos séculos XVI e XVII, houve grande interesse pela pesquisa e exploração das riquezas mineiras locais. Depois veio o desânimo, para só nas últimas décadas, em especial a partir de 1960, se assistir a um renovado interesse pela prospecção dos petróleos, ouro, urânio, ferro e minérios raros.

Recentes descobertas de jazigos devem levar a um pronunciado desenvolvimento das actividades extractivas.

Conhece-se, pois, a existência de depósitos de diamantes, amianto e manganês, junto a Catuane, no Sul; de minérios ricos em urânio e ferro, no distrito de Tete; de minério de ferro, no norte do distrito de Moçambique, junto do rio Lúrio (Namapa); de tantalite, considerado dos maiores depósitos conhecidos, em Murrua, no Alto Molocué; de ilmenite (de elevado teor) nas áreas do litoral, na costa a norte da foz do rio Zambeze, entre as praias de Moma e Pebane.

O depósito de minério de ferro de Namapa calcula-se que contenha 360 milhões de toneladas, com uma riqueza mineral de 60 a 65 %. Para a sua exploração terá de ser construída uma linha férrea de ligação a Nacala.

O ferro, no distrito de Tete, assume relevância com o empreendimento de Cabora-Bassa, no rio Zambeze.

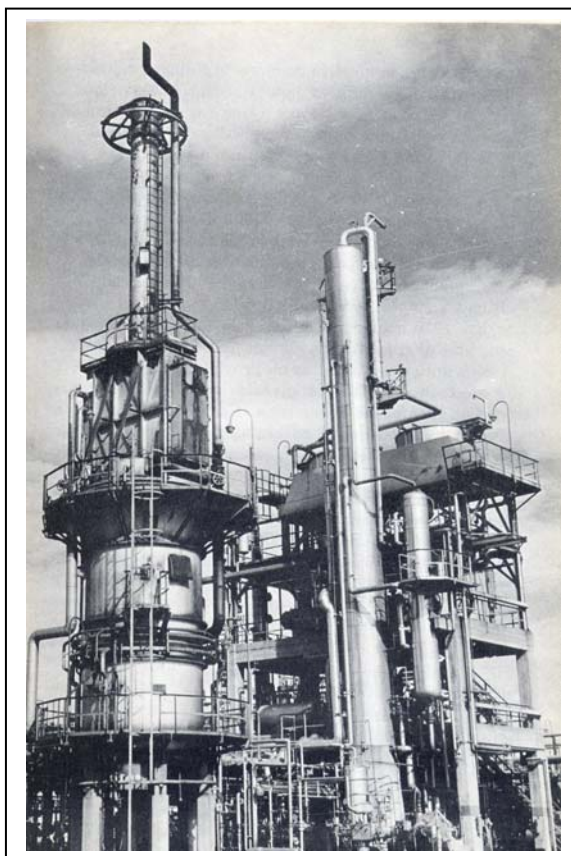
A exploração de carvão é feita no Moatize, oscilando a produção entre as 280/300 mil toneladas anuais. O maior consumidor é o caminho de ferro. A sua exportação é dificultada pelo elevado custo do transporte.

A pesquisa de petróleo foi muito intensificada nos últimos anos da década de 60.

Em 1970 mais de meia dúzia de companhias possuía contratos de concessão de exploração de hidrocarbonetos. A mais antiga a prospectar na Província é a Gulf Oil C.º. Já efectuou trabalhos em diversas regiões, desde o distrito de Inhambane à Zambézia. Na área de Inhambane (Panda), descobriu gás natural que se prevê possa vir a ser utilizado, pelo menos, na preparação de amónia nítrica.

Junto da Beira e Quelimane as prospecções petrolíferas têm-se estendido à plataforma continental.

Em Lourenço Marques existe uma grande refinaria com capacidade para tratar 2 milhões de toneladas de ramas de petróleo.



6) INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS E TRANSFORMADORAS

A evolução da produção industrial, tomando por base o ano de 1964 — a que se atribui o índice 100 — é expressa pelos seguintes valores, em 1969:

Indústrias extractivas	205
Indústrias transformadoras	165

As indústrias extractivas compreendem: carvão, minérios metálicos, calcareos, granitos e outras pedras e minerais não metálicos.

Crê-se que o subsolo da Província, tendo em conta estudos geológicos já efectuados, tem grandes possibilidades de produção de ramas de petróleo (várias empresas têm contratos, celebrados com o Estado, ao abrigo dos quais estão a efectuar importantes trabalhos de prospecção) e de gás natural.

A participação das indústrias transformadoras no produto global da Província, cuja importância já é assinalável, tornar-se-á, certamente, em breve, muito relevante, pois são excelentes as oportunidades presentemente proporcionadas nesse sector, designadamente quanto a recursos energéticos, o que, por sua vez, virá a contribuir para o aproveitamento das muitas potencialidades existentes. Por outro lado, a existência de vastos mercados consumidores ao alcance da Província (as outras parcelas do espaço económico português e vários territórios estrangeiros vizinhos) constitui um factor de considerar para o arranque decisivo do desenvolvimento económico em curso.



Os maiores investimentos têm sido efectuados nas indústrias dos óleos, cimentos, alimentação, descasque de caju, preparação de chá, algodão e açúcar (neste sector algumas unidades estão a sofrer beneficiações e duas novas açucareiras vieram contribuir para o aumento substancial da exportação).

Índices dos vários sectores da indústria transformadora em 1969, tomando como base o ano de 1964 (índice 100):

Alimentação	175
Bebidas (cerveja e refrigerantes)	230
Tabaco	150
Têxteis	110
Calçado e vestuário	230
Madeiras	140
Mobiliário	195
Químicas	230
Derivados do petróleo e carvão	155
Produtos minerais não metálicos	175
Metalurgia de base	280
Produtos metálicos	320
Máquinas, e material eléctrico	345
Material de transporte	160

Produtos dos principais sectores da indústria transformadora :

Alimentação e bebidas: salsicharia, leite e derivados, moagem, descasque de arroz, açúcar, óleos (de amendoim, algodão e milho), margarinas, fermentos e leveduras, massas alimentícias, chá, castanha de caju (amêndoa), sal (higienizado), cerveja e refrigerantes.

Têxteis, vestuário e calçado: algodão em rama e em fio, fibra de sisal, fios de juta, tecidos de algodão, malha, sacos de juta, cordoaria diversa, sapatos e vestuário.

Madeira, e mobiliário: serração, travessas para caminhos de ferro, folheados, contraplacados, parquet, caixas, mobiliário metálico (doméstico, de escritório e hospitalar) e colchões de molas.

Indústrias químicas e dos petróleos: óleos de sementes oleaginosas não alimentares, bagaços de sementes oleaginosas, tintas plásticas e outras, sabões comuns, gasolinas, gasóleo, fuel e gases comprimidos e liquefeitos.

Produtos minerais não metálicos: telhas e tijolos, garrafas, cimento, fibrocimento e cal hidratada.

Indústrias metalúrgicas, metalomecânicas e de material eléctrico: material de caminho de ferro, varão de ferro, pregos, rede milimétrica, louças de alumínio, embalagens metálicas, cabos e condutores eléctricos e montagem de rádios.

Finalmente, cita-se, ainda, as indústrias de embalagem de cartão canelado, de sacos de papel, de calçado de borracha e de lona, de curtumes, de montagem de veículos de carga a motor, de montagem de automóveis ligeiros, de carroçarias e atrelados, de montagem de bicicletas com e sem motor, de tubos e mangueiras e de sacos, filmes e folhas de plástico.

PRINCIPAIS PRODUÇÕES INDUSTRIAIS (Em contos)

	1967	1968	1969
Açúcar	720 318	822 503	894 198
Algodão em rama	638 516	661 903	716 864
Derivados de petróleo	579 739	603 315	617 043
Moagem e descasque	389 149	500 858	567 942
Cerveja e refrigerantes	268 647	310 536	365 846
Castanha de cajú	173 257	324 193	356 925
Chá	264 164	314 487	310 638
Tabaco	253 559	267 798	312 233
Óleos alimentares	208 909	237 617	254 372
Cimentos	167 641	205 711	226 202
Fios de tecidos	149 834	157 678	180 357
Tecidos	124 738	104 918	115 256
Sisal	130 405	123 779	114 387
Sacaria	84 666	93 533	110 307

Como se verifica por este quadro, apenas o valor da produção de sisal sofreu significativo abrandamento nos últimos anos, isto devido à quebra da cotação do produto nos mercados internacionais.

Das restantes rubricas inscritas apenas o chá desceu ligeiramente em relação a 1968, mas pode-se adiantar que o ano de 1970 excedeu todas as expectativas e constitui mesmo o de maior produção verificado até agora.

O açúcar continua a ser a mais importante produção industrial e os investimentos recentemente efectuados fazem supor que o ritmo ascensionar continuará. O aumento de 720 mil contos, em 1967, para 894 mil, em 1969, correspondeu a uma taxa de crescimento de 24 %.

A produção de algodão em rama tem crescido a uma taxa de cerca de 10 % ao ano.

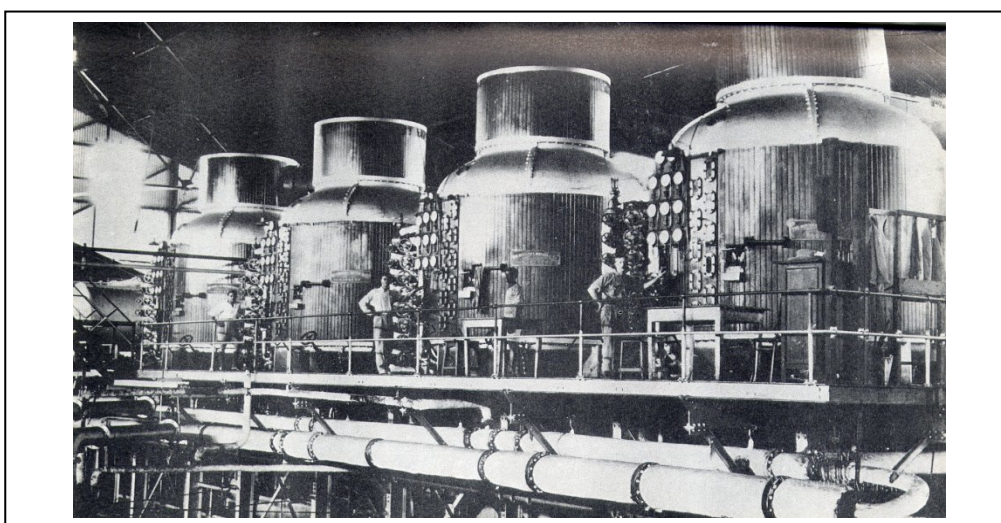
A posição privilegiada da Província, com uma extensa orla marítima, e a contiguidade de uma série de territórios sem outro ponto de contacto com o exterior que não seja o território português, tem feito florescer uma série de indústrias com o acento tónico na exportação.

A indústria de moagem e descasque de cereais constitui uma das actividades principalmente dirigidas ao mercado interno, pois apenas uma parte da farinha de milho é destinada à exportação. O descasque de arroz e a farinação de trigo são actividades que contribuem para esta rubrica. O seu desenvolvimento tem sido apreciável e a produção de 1969 teve um acréscimo de aproximadamente 45 %, em relação a 1967. Para tanto, tem contribuído, em parte, a elevação do poder de compra das populações e o maior interesse pela exportação do milho, para a qual tem contribuído a melhoria das cotações e dos métodos de cultivo.

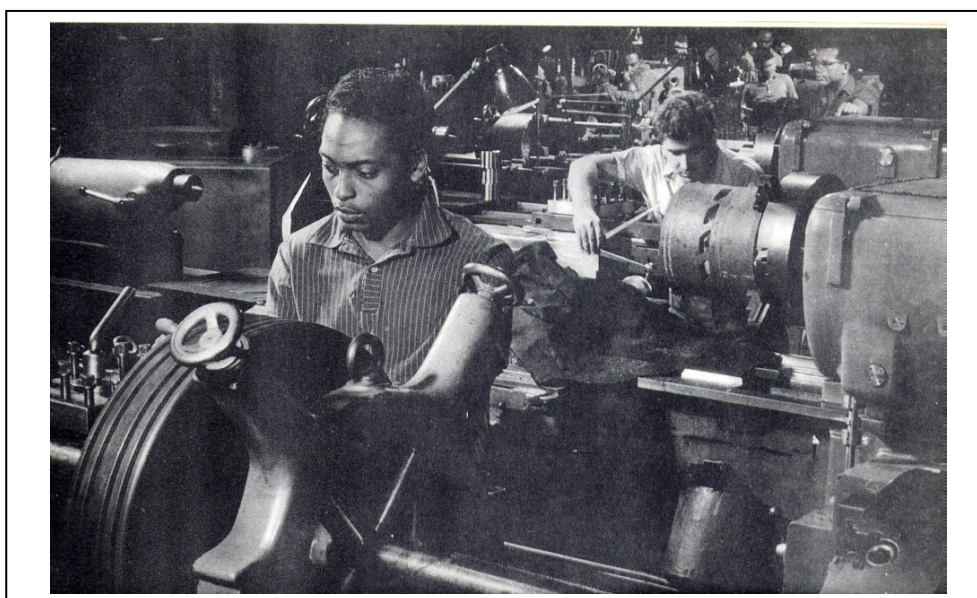
No domínio das bebidas, mais concretamente cerveja e refrigerantes, o acréscimo verificado cifrou-se em mais de 35 %, tendo a produção passado de 268 647 contos para 365 846, no curto espaço de dois anos. Tratando-se de um bem de consumo que em boa verdade se pode considerar supérfluo, este surto mais confirma ainda as considerações feitas acerca do aumento do poder de compra da população da Província.

A produção de amêndoa de caju constitui actividade da maior importância e demonstra a vantagem económica que pode advir da industrialização de um produto primário. Têm sido instaladas na província várias unidades industriais de descasque que guindaram esta produção a um plano muito aceitável. A castanha de caju exportada sem qualquer preparo, a amêndoa, o óleo e os bagaços, contribuem actualmente com cerca de um milhão de contos para a balança comercial. A amêndoa produzida passou de 173 mil contos, em 1967, para 357 mil, em 1969, o que corresponde a um acréscimo de 100 %, expressão não atingida por qualquer outra produção industrial.

Fábrica de açúcar no Luabo



Aspecto de uma oficina metalúrgica



IX — ENERGIA

O empreendimento de Cabora-Bassa, o maior do continente africano em produção de energia, contribuirá extraordinariamente para o desenvolvimento económico da Província. A potência instalada na fase final atingirá uma produção de 18 000 milhões de kilowatts-hora, fornecida por duas centrais de 3000 MW. Salienta-se que estes números se referem apenas ao aproveitamento em curso, porquanto as possibilidades proporcionadas pelo Zambeze nacional na sua totalidade, e pelos seus afluentes, são praticamente inesgotáveis. Para tanto bastará acrescentar que, só o primeiro, pode vir a fornecer nada menos de 50 000 milhões de kilowatts-hora.

Apesar de todas estas potencialidades de energia hídrica, e da grande produção já assegurada pelas centrais do Revuè (sobretudo a da Chicamba) as centrais térmicas têm ainda um grande quinhão no abastecimento de energia eléctrica.

A produção de energia eléctrica, em 1969, foi repartida em percentagens praticamente iguais: 251 260 milhares de kWh de energia hídrica e 251 234 milhares de energia térmica. Tem sido notória a progressão da produção hídrica, pois em 1968 ainda a produção de energia térmica representava mais de 67 % do total.

Neste sector, visa-se, através dos objectivos do III Plano de Fomento, garantir a satisfação do consumo de energia eléctrica, a criação de condições de base para um melhor aproveitamento dos recursos naturais e o aproveitamento dos recursos de outras fontes de energia como sejam os carvões de Moatize.

Por outro lado, a utilização de grupos electrogéneos consumidores de fuel pode possibilitar a produção de energia eléctrica, a preços bastante inferiores aos obtidos em muitas centrais consumidoras de gásóleo, desde que o fuel seja fornecido a granel, em condições favoráveis.

X — COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES — COMÉRCIO — TURISMO

a) COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

As comunicações e transportes da Província enquadram-se no conjunto das infraestruturas de toda a África Austral, servindo o Malawi, a Rodésia, a África do Sul, a Zâmbia, a Suazilândia e o Congo Kinshasa.

1 — Rodoviários

A rede da Província, embora bastante extensa, era, até há cerca de vinte anos, constituída por estradas de terra batida, o que acontecia, de resto, nos demais territórios do continente. Porém, desde 1953, data em que se iniciou a execução do I Plano de Fomento Nacional, começaram a ser construídas estradas modernas e procedeu-se à rectificação e asfaltagem de muitos troços das já existentes, e à construção das adequadas obras de arte. A criação da Junta Autónoma das Estradas, em 1967, veio dar novo impulso à política rodoviária.

O III Plano de Fomento (1968-73) dedica verba apreciável a este sector — a adicionar às anualmente incluídas nos orçamentos ordinário da Província e dos distritos.

A rede de estradas classificadas é constituída, presentemente, por 26 595 quilómetros, dos quais 2400 são asfaltados.

No entanto, a necessidade de boas rodovias é ainda premente, não só para facilitar a deslocação das pessoas, como também para assegurar a circulação de mercadorias nas regiões não servidas pelo caminho de ferro, que constituem, afinal, a maior parte do território.

Os caminhos de ferro transportaram, no ano de 1950, 1 482 360 passageiros e, em 1969, quase 4 milhões e meio. O movimento de carga que em 1950 foi de 4 176 444 toneladas passou, em 1969, para mais de 14 milhões.

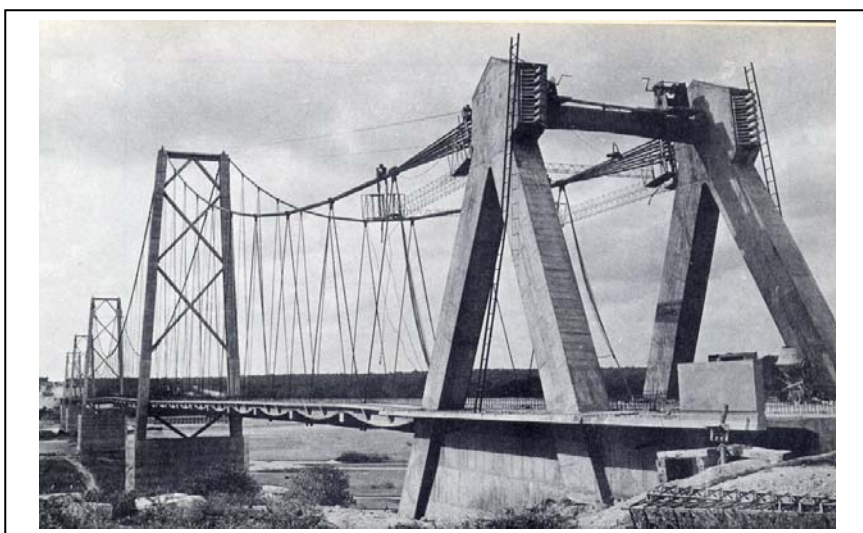
Além das comunicações internas, o Caminho de Ferro de Lourenço Marques assegura ligações com a Suazilândia, a República da África do Sul, a Rodésia, a Zâmbia, o Congo-Kinshasa e Angola. Os da Beira, com a Rodésia, a Zâmbia, o Congo Kinshasa, Angola e Malawi. O de Moçambique (Nacala), com o Malawi.

A extensão total dos caminhos de ferro da Província é de 3589 quilómetros e a primeira construção data de 1894 (Lourenço Marques — Ressano Garcia).

A ponte que assegura a travessia do rio Zambeze, pelo caminho de ferro (e também o trânsito rodoviário), em Sena, mede 3677 metros, sendo, ainda hoje, a maior de África.

A ligação da rede do Malawi com o Caminho de Ferro de Moçambique (Nacala) realizou-se em 1970, pelo que o referido país passou a dispor de duas saídas para o mar, em território português.

Ponte sobre o rio Save



Situado no estuário do Espírito Santo, abrange duas zonas distintas — a do cais do Gorjão (junto à cidade), sobretudo para mercadorias gerais, e a da Matola, com predominância de cargas a granel (onde se situam o cais de minérios e a estância de madeiras, aquele com a capacidade de manuseamento de 2000 toneladas/hora de minério).

Esplêndido porto comercial, com 2699, metros de cais acostável no total, serve um rico «hinterland» — Suazilândia, África do Sul, Rodésia e Zâmbia.

Dispõe de uma área de armazenagem de cerca de 40 000 metros quadrados, armazéns frigoríficos para frutas, peixe e marisco, depósitos e equipamento para carga de combustíveis líquidos e melaços.

O apetrechamento inclui uma centena de guindastes eléctricos, alguns com grande poder de elevação, centenas de unidades móveis (guindastes automóveis, tractores elevadores e de manobras) e uma organização que permite a eficiente exploração de todo o conjunto.

Movimentou, em 1969, cerca de 12 milhões de toneladas de carga, o dobro do movimento de 1965.

Lourenço Marques — Vista aérea do porto e da parte baixa da cidade



Em 1970 foram iniciados os estudos para a instalação de um cais oceânico em Lourenço Marques. O empreendimento tem em vista dar ao porto capacidade para receber navios «gigantes», de uma maneira geral petroleiros e minerais.

Porto da Beira: é o segundo da Província e dispõe dos cais do Punguè, com 1767 metros, para navios de carreiras oceânicas, e o do Chiveve, para pequenas embarcações.

Dispõe, também, de um cais de minérios e de armazéns frigoríficos.

Serve uma vasta zona que inclui o Malawi, a Zâmbia e a Rodésia.

Porto de Nacala: testa do Caminho de Ferro de Moçambique (Nacala), é um dos melhores portos naturais do continente africano, cuja importância cresce dia a dia, quer à escala nacional quer à internacional.

Porto de Porto Amélia: é igualmente magnífico, situando-se na baía de Pemba, junto à cidade, com um cais acostável, inaugurado em 1957.

Porto de Quelimane: trata-se de um porto secundário, mas de apreciável movimento, apenas frequentado por navios costeiros e de cabotagem, devido ao assoreamento do rio. O porto encontra-se a cerca de 20 quilómetros da foz do rio dos Bons Sinais.

A navegação costeira serve-se ainda dos portos de Vilanculos, Pebane, Morna, Ibo e Mocímboa da Praia.

No delta do Zambeze efectuaram-se estudos relativos às possibilidades de instalação do porto fluvio-marítimo de Cuama.

b. LINHAS DE NAVEGAÇÃO

Seria fastidioso e longo enumerar todas as linhas de navegação que ligam a Província com o exterior.

Assim, limita-se a indicação às nacionais, acrescentando-se que ali aportam navios de quase todas as origens.

As linhas nacionais dividem-se em: longo curso — ligando a Província às demais parcelas da Nação Portuguesa, com carreiras de frequência quase semanal no que respeita à Europa, e costeiras.

Exploram as primeiras, pelo menos com regularidade, três grandes companhias.

As carreiras de cabotagem e costeiras tocam, em geral, nos seguintes portos:

Lourenço Marques, Inhambane, Beira, Chinde, Quelimane, Pebane, Moma, António Enes, Lumbo, Nacala, Porto Amélia, Mocímboa da Praia e Ibo. Fazem este serviço quatro empresas de navegação.

4 — *Aéreos*

a. AERÓDROMOS

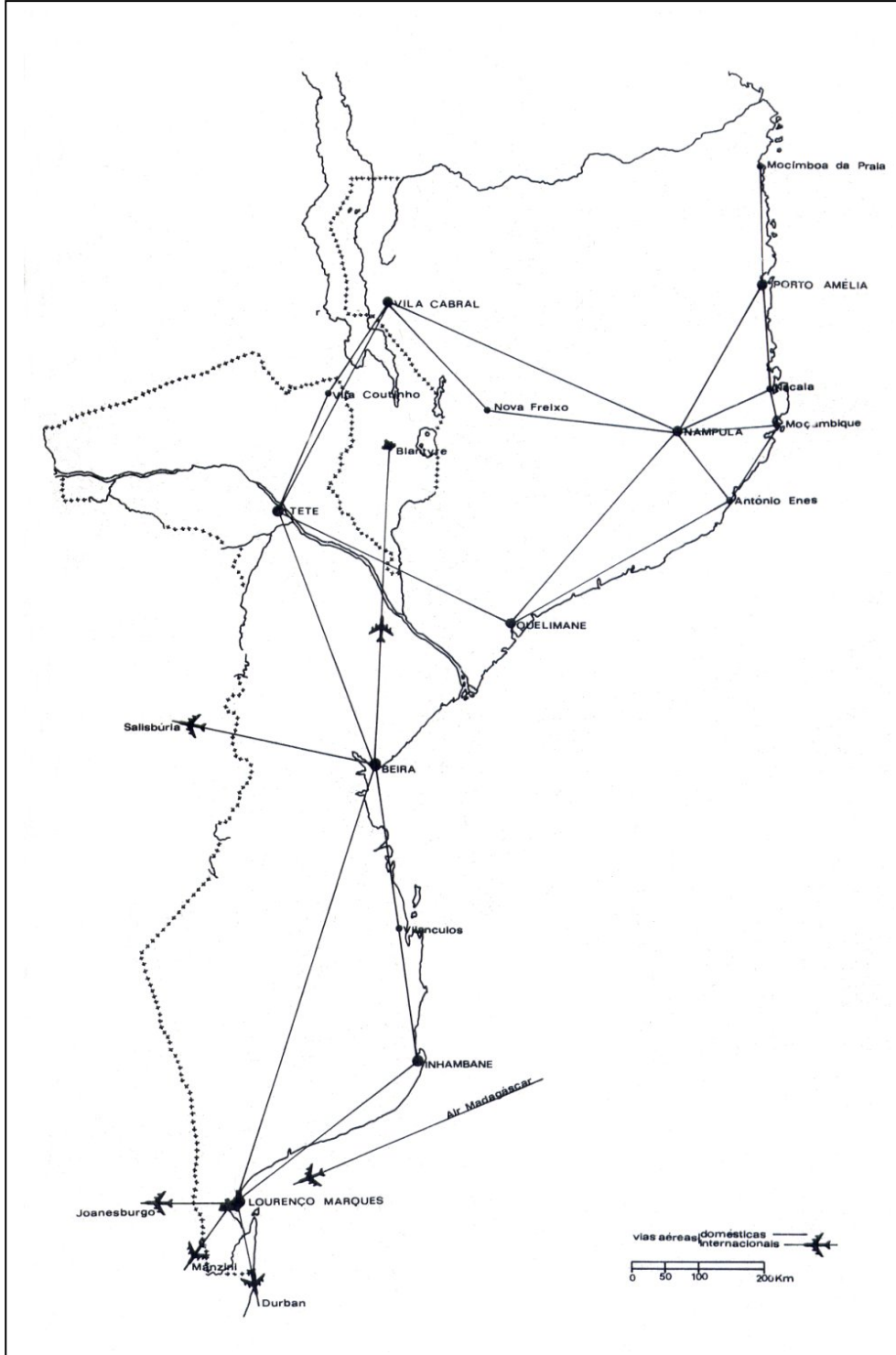
Sem preocupações de classificação em pistas ou campos de aterragem, aeródromos e aeroportos, definida pelo organismo internacional regulador da matéria (I. iC. A. O.), indicam-se os (principais locais servidos por carreiras regulares de aviação, quer nacionais, quer internacionais).

São servidas por carreiras regulares, nacionais de longo curso e internacionais, Lourenço Marques e Beira, e pelas carreiras nacionais regionais, além daquelas localidades, João Belo, Inhambane, Vilanculos, Marromeu, Quelimane, António Enes, Lumbo, Nampula, Nacala, Porto Amélia, Mocímboa da Praia, Vila Cabral, Tete, Vila Coutinho e Milange.

Há várias empresas de táxis aéreos, com sedes na Beira, Quelimane, Lourenço Marques e Porto Amélia.

As que operam a partir da Beira e Quelimane, além dos serviços de oportunidade, mantêm carreiras regulares, ligando localidades não servidas pelos Transportes Aéreos do Estado (D. E. T. A. — Divisão de Exploração dos Transportes Aéreos, integrada nos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes).

Lourenço Marques e Beira dispõem de pistas, instalações e apetrechamento que lhes permitem receber os maiores aviões actualmente em serviço nas carreiras internacionais. Uma parte dos outros aeroportos e aeródromos (Quelimane, Nampula, Porto Amélia, Tete, Vila Cabral e Mocímboa da Praia) está apetrechada para receber, também, aviões de certo peso, como sucede com os «Boeing-737» da D. E. T. A.



b. LINHAS AÉREAS

As linhas aéreas nacionais de longo curso que, com a frequência diária, ligam a Província a Luanda e Lisboa, são exploradas pelos Transportes Aéreos Portugueses (TAP).

A D. E. T. A. transporta passageiros, correio e carga, mantendo carreiras que servem Lourenço Marques, João Belo, Inhambane, Vilanculos, Beira, Marromeu, Quelimane, António Enes, Lumbo, Nampula, Nacala, Porto Amélia, Mocimboa da Praia, Vila Cabral, Tete, Vila Coutinho e Milange. Também mantém ligações regulares com países vizinhos.

A sua frota inclui aviões «Boeing-737» (a jacto), «Friendship» (a turbohélice) e de motor convencional (de hélice).

Os passageiros transportados pela DETA passaram de 40 697, em 1962, para 60 038, em 1965, e para mais de 120 000, em 1969.

A progressão da carga transportada acompanhou também aquele ritmo, pois de 500 toneladas, em 1962, passou para mais de 3000, em 1969.

A rede de transportes da DETA é, de certo modo, completada pelos serviços prestados pelas empresas de táxis-aéreos.

5 — *Telecomunicações*

As primeiras linhas telegráficas foram instaladas em 1879, entre Quelimane e Tangalane (barra do porto de Quelimane) e entre a ilha de Moçambique e Lourenço Marques, por cabo submarino. A primeira rede telefónica data de 1894, em Lourenço Marques.

O progresso levou ao estabelecimento de centrais telefónicas, cada vez maiores (muitas das quais automáticas), de estações de rádio e de comunicações troposféricas, além das ligações por cabo submarino.

Em todas as cidades e vilas, e em muitas povoações há instalações telefónicas e telegráficas, cuja rede, a cargo dos Correios, Telégrafos e Telefones, se estende de norte a sul e de leste a oeste.

Existem comunicações radiotelegráficas e telefónicas (por rádio e cabo submarino) com todo o Mundo.

b) COMÉRCIO INTERNO

1 — *Aspectos fundamentais*

O comércio interno é sempre de difícil cômputo já que não passa por quaisquer barreiras, não estando, por isso, e no que respeita à maior parte dos produtos, sujeita à determinação do volume e composição para efeitos estatísticos.

A estruturação do mercado interno da província assenta em três realidades fundamentais, que se interligam :

- a) as grandes cidades que são simultaneamente centros de organizações de projecção interna e externa ;
- b) as sedes de concelho e circunscrição e os postos administrativos;
- c) as povoações comerciais e os mercados rurais.

Os estabelecimentos comerciais situados nas povoações são conhecidos por «cantinas», onde se pratica o comércio misto (compram tudo o que se produz na região e vendem tudo o que as populações necessitam).

Os mercados rurais, devidamente fiscalizados pelas autoridades (como todo o comércio), têm exercido acção de valimento na promoção económica e social da população rural.

Principais produtos transaccionados nos mercados rurais: amendoim, arroz, milho, mandioca, algodão, feijão, trigo, gado, frutas, tabaco, peixe, ricino, produtos hortícolas, criação, etc.

2 — *Actividade bancária*

Há seis grandes bancos, um Instituto de Crédito e duas caixas económicas.

O Banco Nacional Ultramarino é o estabelecimento emissor da Província; com funções de fomento, existe uma delegação do Banco de Fomento Nacional.

Importações

Mercadoria	1967		1968		1969		Variações 1968-69	
	Contos	%	Contos	%	Contos	%	Contos	%
Totais	5 726 800	100,0	6 740 137	100,0	7 490 993	100,0	+750 856	11,1
Máquinas e aparelhos ind. mecânicos	698 751	12,2	736 609	10,9	895 605	11,9	+ 158 996	21,5
Petróleo em bruto	326 068	5,7	379 497	5,6	377 791	5,0	— 1 706	0,4
Tecidos de algodão	319 104	5,6	341 203	5,1	338 561	4,5	— 2 642	0,8
Máquinas e aparelhos eléc- tricos	243 706	4,3	325 801	4,8	314 051	4,2	— 11 750	3,7
Vinhos	281 065	4,9	306 084	4,5	264 424	3,5	— 41 660	13,6
Ferro em bruto e semi-traba- lhado	214 480	3,7	255 382	3,8	97 390	1,3	—157 992	61,9
Ferro ou aço em obra	201 612	3,5	206 622	3,1	286 734	3,8	+ 80 112	38,8
Vestuário e acessórios	112 970	2,0	198 567	2,9	155 895	2,1	— 42 672	21,5
Automóveis por carroçar	121 754	2,1	162 767	2,4	292 951	3,9	+130 184	79,9
Automóveis para passageiros	154 868	2,7	138 007	2,1	193 570	2,6	+ 55 563	40,2
Medicamentos	109 433	1,9	129 901	1,9	150 235	2,0	+ 20 334	15,6
Tecidos de fibras têxteis	77 476	1,4	110 641	1,7	128 892	1,7	+ 18 251	16,4
Roupas interiores e vestuá- rio exterior	66 177	1,2	109 957	1,6	107 910	1,4	— 2 047	1,9
Trigo	127 620	2,2	99 553	1,5	119 355	1,6	+ 19 802	19,9
Automóveis de carga	96 677	1,7	92 928	1,4	58 367	0,8	— 34 561	37,2
Acessórios de automóvel	71 838	1,3	83 705	1,3	142 363	1,9	+ 56 658	70,1
Tractores	61 714	1,1	80 927	1,2	170 533	2,3	+ 90 606	112,0
Outras	2 441 487	42,5	2 981 986	44,2	3 395 366	45,5	+413 380	13,8

c) COMÉRCIO EXTERNO

1 — Comércio externo e desenvolvimento económico

A natureza dos solos e do clima, e a variedade das riquezas do subsolo, proporcionam à Província uma gama de produções agrícolas e mineiras, reais ou potenciais, que lhe permitem satisfazer muitas das solicitações do mercado internacional. Com efeito, e designadamente no sector agrícola, a Província tem condições para produzir muitas das matérias-primas — e mesmo produtos acabados que escasseiam nos países temperados.

Sendo, presentemente, um território em vias de desenvolvimento, a sua indústria, embora tendo progredido bastante nos últimos anos, não está ainda em condições de satisfazer as necessidades internas de consumo e daí que tenha de recorrer à importação de produtos industriais, com relevo para os bens de equipamento. Estes bens hão-de permitir a gradual laboração industrial das matérias-primas produzidas localmente e assim se promoverá o acesso da população a mais elevados padrões de vida, por um lado, e se poderá intensificar a exportação de produtos industriais, por outro.

2 — Importação e exportação

As importações e exportações têm aumentado a ritmo bastante satisfatório, acompanhando o desenvolvimento da província. Em 1950, o valor das importações era de 1 650 000 contos e o das exportações 1 060 000 contos, elevando-se em 1969 a, respectivamente, 7 490 000 e 4 081 000 contos.

8 — Composição das importações e das exportações

Foi muito forte a variação do valor das importações de 1968 para 1969 (+750 856 contos).

O estudo do quadro da página n.º 110 mostra ainda que a estrutura da importação assenta, essencialmente, nos produtos industrializados, dos quais se salientam bens de equipamento e de consumo e produtos alimentares.

A composição das exportações, onde predominam os produtos primários, foi a constante do mapa da página n.º 111.

Designa	Países e territórios						Variações 1968-69																																														
							%	Contos	%																																												
	<table><tr><th>Países e territórios</th><th>1967</th><th>1968</th><th>1969</th></tr><tr><td>Total</td><td>100,0</td><td>100,0</td><td>100,0</td></tr><tr><td>Espaço Económico Português</td><td>35,0</td><td>36,4</td><td>34,4</td></tr><tr><td>África do Sul</td><td>11,3</td><td>11,8</td><td>15,1</td></tr><tr><td>Reino Unido</td><td>9,6</td><td>9,7</td><td>8,2</td></tr><tr><td>República Federal Alemã</td><td>7,7</td><td>7,6</td><td>8,4</td></tr><tr><td>Iraque</td><td>5,3</td><td>5,6</td><td>5,0</td></tr><tr><td>Estados Unidos da América</td><td>4,3</td><td>5,0</td><td>6,5</td></tr><tr><td>Japão</td><td>4,2</td><td>5,3</td><td>5,4</td></tr><tr><td>França</td><td>3,2</td><td>3,2</td><td>3,5</td></tr><tr><td>Outros</td><td>19,4</td><td>15,4</td><td>13,5</td></tr></table>						Países e territórios	1967	1968	1969	Total	100,0	100,0	100,0	Espaço Económico Português	35,0	36,4	34,4	África do Sul	11,3	11,8	15,1	Reino Unido	9,6	9,7	8,2	República Federal Alemã	7,7	7,6	8,4	Iraque	5,3	5,6	5,0	Estados Unidos da América	4,3	5,0	6,5	Japão	4,2	5,3	5,4	França	3,2	3,2	3,5	Outros	19,4	15,4	13,5	100,0	— 339 137	7,7
Países e territórios	1967	1968	1969																																																		
Total	100,0	100,0	100,0																																																		
Espaço Económico Português	35,0	36,4	34,4																																																		
África do Sul	11,3	11,8	15,1																																																		
Reino Unido	9,6	9,7	8,2																																																		
República Federal Alemã	7,7	7,6	8,4																																																		
Iraque	5,3	5,6	5,0																																																		
Estados Unidos da América	4,3	5,0	6,5																																																		
Japão	4,2	5,3	5,4																																																		
França	3,2	3,2	3,5																																																		
Outros	19,4	15,4	13,5																																																		
Castanha de caj							9,7	— 295 634	57,5																																												
Algodão em ram							19,5	+ 158 965	12,5																																												
Açúcar	<table><tr><th>Países e territórios</th><th>1967</th><th>1968</th><th>1969</th></tr><tr><td>Total</td><td>100,0</td><td>100,0</td><td>100,0</td></tr><tr><td>Espaço Económico Português</td><td>42,5</td><td>41,1</td><td>46,4</td></tr><tr><td>África do Sul</td><td>13,5</td><td>10,3</td><td>10,4</td></tr><tr><td>Estados Unidos da América</td><td>7,6</td><td>10,4</td><td>9,9</td></tr><tr><td>Reino Unido</td><td>6,8</td><td>6,1</td><td>4,8</td></tr><tr><td>República Federal Alemã</td><td>2,4</td><td>2,2</td><td>3,0</td></tr><tr><td>Outros</td><td>27,2</td><td>29,9</td><td>25,5</td></tr></table>						Países e territórios	1967	1968	1969	Total	100,0	100,0	100,0	Espaço Económico Português	42,5	41,1	46,4	África do Sul	13,5	10,3	10,4	Estados Unidos da América	7,6	10,4	9,9	Reino Unido	6,8	6,1	4,8	República Federal Alemã	2,4	2,2	3,0	Outros	27,2	29,9	25,5	13,4	+ 136 360	33,2												
Países e territórios	1967	1968	1969																																																		
Total	100,0	100,0	100,0																																																		
Espaço Económico Português	42,5	41,1	46,4																																																		
África do Sul	13,5	10,3	10,4																																																		
Estados Unidos da América	7,6	10,4	9,9																																																		
Reino Unido	6,8	6,1	4,8																																																		
República Federal Alemã	2,4	2,2	3,0																																																		
Outros	27,2	29,9	25,5																																																		
Amêndoa em caj							9,3	+ 50 777	15,4																																												
Chá							5,7	— 61 812	20,9																																												
Copra							4,9	— 79 055	28,5																																												
Óleos vegetais							4,3	— 60 722	25,6																																												
Madeiras							5,1	+ 23 179	12,6																																												
Milho							1,1	— 134 956	74,8																																												
Sisal							2,2	— 32 759	26,9																																												
Fuel Oil							2,4	— 20 438	17,3																																												
Gasóleo							2,2	— 21 652	19,7																																												
Gasolina							2,2	— 7 429	7,6																																												
Tabacos							2,1	+ 21 635	32,9																																												
Bagaços	75 873	2,2	61 095	1,3	54 377	1,3	— 6 718	11,0																																													
Outros	552 991	15,9	601 879	14,2	591 021	14,6	— 10 858	1,8																																													

4. Distribuição geográfica do comércio com o exterior

Os quadros a seguir referem, em percentagem, a origem das principais importações e destino das mercadorias exportadas:

Origem das mercadorias importadas (em percentagem)

5. Balança comercial e balança de pagamentos

A balança comercial traduz o comércio de importação e exportação. A balança de pagamentos inclui a balança comercial e ainda as operações de invisíveis (cambiais entradas e saídas).

Evolução da balança comercial nos anos de 1967 a 1969:

Anos	Milhares de contos		
	Importação	Exportação	Saldo
1967	5 726	3 501	— 2 225
1968	6 740	4 420	— 2 329
1969	7 490	4 081	— 3 409

A balança de pagamentos é composta pelo movimento de mercadorias importadas e exportadas e pelos invisíveis correntes entrados e saídos (turismo, transportes, rendimento de capitais, transferências privadas, etc).

Ora, como se viu, a balança comercial é negativa. Nos invisíveis correntes apresentam saldo largamente positivo o turismo, os transportes e as transferências privadas, o que contribui para compensar bastante substancialmente o saldo negativo da balança comercial.

d) TURISMO

A Província oferece condições excepcionais para o turismo interno e externo (em 1969 entraram cerca de 300 000 turistas estrangeiros). O movimento turístico é facilitado pela existência de carreiras marítimas, de caminhos de ferro e estradas e, sobretudo, por fáceis e cómodas comunicações aéreas.

Para melhor compreensão imagine-se uma viagem pela província, partindo do sul, ao longo da qual seriam visitados os locais de maior interesse, especialmente os indicados a seguir.

Praia da Ponta do Ouro, junto à fronteira com a R. A. S., de extenso areal branco e macio, águas límpidas, pousando aqui e além sobre rochas coralíferas, ideais para a prática da pesca desportiva. A praia conta com estalagem e restaurantes e, ainda, parques turísticos com acomodações para carros, tendas, caravanas e quartos devidamente equipados — além de salas de jantar e de convívio e jogos.

Reserva de Caça dos Elefantes do Maputo, perto da Bela Vista, onde os animais podem ser apreciados no seu ambiente natural (nesta matéria, no entanto, tudo é superado pelo Parque Nacional da Gorongosa, perto da Beira, que mais adiante se referirá).

Catembe, mesmo frente a Lourenço Marques, conhecida pelos mariscos e galinha à cafreal, tem um interessante bairro piscatório, além da praia.

Lourenço Marques, cidade bem traçada, de imponentes edifícios, com avenidas ladeadas de acácias, jacarandás e palmeiras. Aqui depara-se com todos os atractivos de um grande centro — cinemas, teatros, restaurantes, bibliotecas, museus, monumentos, igrejas e a praia que se estende por quilómetros.

Muitos são os que, vivendo no interior, vão de visita aos museus, com especial interesse pelo de «Álvaro de Castro», rico em colecções de animais (expostos como se no meio ambiente se encontrassem e formando cenas da selva), objectos de arte popular, máscaras e outros motivos etnográficos, etc.

Dos monumentos é muito visitada a Fortaleza, onde está instalado o museu histórico, e, entre as igrejas, a da Sé e a de Santo António da Polana pela modernidade da sua arquitectura.

Os alojamentos vão desde os hotéis providos de piscina e outras comodidades às pensões e recintos para acampamento e parques de campismo.

Também são motivo de interesse o porto, pela sua importância e movimento, e algumas unidades industriais.

Ilha da Inhaca, à entrada da baía do Espírito Santo, frequentada pelos amadores de pesca desportiva, com o seu hotel e restaurante e pista de aterragem. A viagem por mar, desde Lourenço Marques, faz-se em duas horas.

Namaacha, procurada, em especial, pelas populações da beira-mar, que encontram nas suas paisagens e clima de média altitude o aliciante para umas férias bem passadas. Inclui nos seus encantos uma vasta e repousante mata de pinheiros e uma bela cascata.

Vila Luísa, proporciona oportunidade de apreciar uma reserva de hipopótamos, no rio Incomati.

Praias: do Bilene, contando com duas magníficas lagoas, uma de água doce (Lagoa Azul) e outra de água salgada (S. Martinho); Sepúlveda, junto de João Belo; e do Chongoene. Todas com hotéis, motéis, e parques e recintos para acampamento.

Vale do Limpopo, com as suas aldeias, igrejas, campos de cultura e a grandiosa ponte-açude, dotado com uma boa pousada e algumas pensões.

Reservas de caça do Pafúri, onde se pode encontrar, praticamente, toda a fauna da Província e organizar safaris.

Zavala, com as suas praias e os seus marimbeiros, dançarinos e bailarinas, que oferecem um espectáculo único no seu género.

Praias de Inharrime, Inhambane, da Barra, de Vilan culos e do arquipélago de Bazaruto. Este tem como principal atracção a ilha de Santa Carolina, provida de hotel, apartamentos e condições excepcionais para repouso e pesca desportiva; a ilha tem 2 quilómetros de comprimento, na maior extensão, e poucas centenas de metros de largura, sendo conhecida, nos meios turísticos, pelo nome de «Ilha do Paraíso»; é famosa pela sua vegetação, limpidez das águas que a circundam e clima.

Beira, o segundo centro urbano da Província. Os maiores atractivos concentram-se nas suas praias, com o grande acampamento e motel Estoril (no Macúti), a região industrial, que vai até ao Dondo, a vinte e poucos quilómetros, além da própria cidade, com os seus edifícios, campos desportivos, cinemas e teatros, restaurantes, hotéis e pensões.

Vila Pery, capital do distrito do mesmo nome, tendo perto a barragem da Chicamba Real, e mais além Manica e depois a Penha Longa, magnífica região montanhosa e de florestas que lembram a Europa Central.

Parque Nacional da Gorongosa, a cerca de 100 quilómetros, por estrada, e a um quarto de hora de voo, da Beira, é um dos mais belos recantos da Província. Depois do Kruger Park, na África do Sul, e do Parque de Serengeti, no Quénia, a Gorongosa possui a maior colecção de animais selvagens.

Ali vivem em completa liberdade e sob protecção, leões, elefantes, búfalos, bois-cavalos, hipopótamos, zebras, impalas, gazelas e outros antílopes, hienas, jacarés, leopardos, rinocerontes e muitos mais animais de menor porte, e imensas espécies de aves e répteis. Possui acomodações confortáveis e um restaurante.

Coutadas do Kanga NTole, Inhamacala e Catulane, onde se organizam caçadas, não sendo raro serem abatidos troféus de grande valor cinegético. Situam-se nos tandos (planícies).

Estádio Salazar em Lourenço Marques



Lourenço Marques — Hotel Polana



Tete, a uns 600 quilómetros da foz do rio Zambeze, em cuja margem direita se ergue, apresenta aos visitantes reminiscências das antigas expedições para o interior. Merece uma visita a Missão de Boroma, com a sua igreja votada a S. José.

Outros pontos de interesse, no jornadejar para o norte, seriam a cidade de Quelimane, à beira dos maiores palmares do Mundo — com a praia de Zalala — e a região do chá (Milange e o Gúruè) pelo insólito da paisagem das plantações, jardim imenso e verdejante, salpicado, aqui e além, de árvores.

Ilha de Moçambique, com a fortaleza de S. Sebastião, o palácio de S. Paulo, a capela, a mesquita, o seu «velho» hospital e outros edifícios, e a sua vida tão característica.

A fortaleza foi construída com pedras levadas da Europa, como lastro dos navios, no século XVI.

A pousada, a piscina, a praia e os recantos típicos aliam-se à beleza da mescla humana e ao garrido da vestimenta das mulheres.

Nampula e Vila Cabral, cidades jovens, constituem pólos de atracção, sobretudo a primeira, com as suas piscinas, lago artificial para desportos náuticos, museu, zona industrial, cinemas e clubes desportivos.

Praias do Mossuril, de Porto Amélia, de Mocímboa da Praia e de Palma, verdadeiras maravilhas da Natureza, com amplos areais, bancos coralíferos e águas de uma extraordinária limpidez.

Ilha do Ibo, com a sua fortaleza e seus monumentos históricos, e trajos característicos.

E, assim, se teria percorrido quase seis mil quilómetros!...

Praia da Beira



XI — FINANÇAS PÚBLICAS

Receitas e despesas públicas em 1969

Designação	Ordinárias		Extraordinárias		Total	
	Contos	1968 1969	Contos	1968 1969	Contos	1968 1969
Despesas	7 656 033	+ 12,0	911 778	+30,2	8 567 811	+ 13,7
Diferenças ...	7 203 512	+ 10,5	911 778	+30,0	8 115 290	+ 12,4
	+ 452 521	+43,5			+ 452 521	+ 44,1

O saldo de 452 521 contos com que se encerraram as contas públicas da Província, em 1969, foi superior ao do ano anterior em 138 434 contos.

Este saldo resultou de um excesso das receitas ordinárias sobre as despesas da mesma natureza pois em relação às extraordinárias houve completo equilíbrio.

É de registar que enquanto as receitas aumentaram de 13,7%, as despesas tiveram um acréscimo de 12,4%.

Tal acréscimo na taxa de variação da receita total mantém, salutarmente, a tendência iniciada nos anos anteriores, facto que se assinala, dada a sua importância para um tipo de economia, como é a da Província, por vezes sujeita a acentuadas flutuações conjunturais.

Para uma mais completa identificação das diversas componentes que integram os capítulos da receita, transcreve-se na página 123 o quadro de variações entre 1968 e 1969. Por ele se verifica terem sido os impostos directos, as indústrias em regime tributário especial e a consignação de receitas, os capítulos que, em valor absoluto, mais contribuíram para tal acréscimo.

A participação crescente dos impostos directos no somatório das receitas ordinárias, que se elevou de 13,6% para 15,6%, entre 1966 e 1968, passou para 16,9% em 1969. Como é evidente, no mesmo período, ocorreu um movimento inverso em relação aos impostos indirectos — 13,4% em 1968 para 12,5% em 1969.

A progressiva redução dos direitos de importação sobre as mercadorias nacionais ou nacionalizadas está na origem daquela evolução.

A expansão das despesas da Província continua a ser um facto saliente que bem atesta a intenção de a ver dotada com meios infraestruturais indispensáveis ao seu desenvolvimento económico, e a um mais eficaz funcionamento dos Serviços.

O montante global das despesas atingiu, no ano de 1969, a cifra de 8 115 290 contos, portanto mais 894 594 contos que no anterior, o que corresponde a um acréscimo de 12,4%, conforme se verifica no quadro da página 124.

Os Serviços de Fomento detêm a maior participação, com uma percentagem de 47%, logo seguidos da rubrica Administração Geral e Fiscalização, com 15,2%, Defesa Nacional, 14,1%, e Encargos Gerais, 13,3%.

Em relação ao ano anterior, e em valores absolutos, os capítulos com maior participação na taxa de acréscimo verificada foram:

Serviços de Fomento, mais 303 169 contos; Encargos Gerais, mais 247 703 contos; e Administração Geral e Fiscalização, mais 95 468 contos.

Receitas cobradas, por capítulos, em 1968 e 1969

Capítulos	1968		1969		Variação em relação a 1968	
	Contos	Porcentagem	Contos	Porcentagem	Contos	Porcentagem
<i>Receita ordinária:</i>						
1.º Impostos directos gerais	1 063 788	15,6	1 293 692	16,9	+ 229 904	+21,6
2.º Impostos indirectos	917 259	13,4	960 466	12,5	+ 43 207	+ 4,7
3.º Indústrias em regime tributário especial	471 326	6,9	652 485	8,5	+ 181 159	+38,4
4.º Taxas-Rendimentos de diversos serviços	377 014	5,5	410 031	5,4	+ 33 017	+ 8,7
5.º Domínio privado, empresas e indústrias do Estado e participação de lucros ...	37 184	0,5	43 107	0,6	+ 5 923	+15,9
6.º Rendimento de capitais, acções e obrigações de bancos e companhias	13 851	0,2	116 630	0,2	— 2 221	—16,0
7.º Reembolsos e reposições	292 666	4,3	292 849	3,8	+ 183	+ 0,1
8.º Consignação de receitas	3 661 667	53,6	3 991 773	52,1	+ 330 106	+ 9,0
— De integração dos serviços autónomos	3 005 629	9,6	3 238 557	42,3	+ 232 928	+ 7,7
— De outras proveniências	656 038	—	753 216	9,8	+ 97 178	+14,8
<i>Soma</i>	6 834 755	100,0	7 656 033	100,0	+ 821 278	+12,0
<i>Receita extraordinária:</i>						
9.º Receita extraordinária	700 028	—	911 778	—	+ 211 750	+30,2
<i>Total</i>	7 534 783	—	8 567 811	—	+1 033 028	+13,7

Despesas pagas, por capítulos, em 1968 e 1969

Capítulos	1968		1969		Variação em relação a 1968/1969	
	Contos	Porcentagem	Contos	Porcentagem	Contos	Porcentagem
<i>Despesa ordinária:</i>						
1.º Dívida da província	314 325	4,8	333 843	4,6	+ 19 518	+ 6,2
2.º Governo da província e Representação Nacional	13 409	0,2	18 703	0,3	+ 5 294	+39,5
3.º Aposentações, jubilações, pensões e reformas	62 225	1,0	67,274	0,9	+ 5 049	+ 8,1
4.º Administração-geral e fiscalização	997 022	15,3	1 092 490	15,2	+ 95 468	+ 9,6
5.º Serviços de Fazenda	119 771	1,8	129 994	1,8	+ 10 223	+ 8,5
6.º Serviços de Justiça	79 184	1,2	80 564	1,1	+ 1 380	+ 1,7
7.º Serviços de Fomento	3 079 015	47,2	3 382 184	47,0	+303 169	+ 9,8
8.º Defesa Nacional — Forças Armadas ..	1 023 339	15,7	1 015 354	14,1	— 7 985	— 0,8
9.º Serviços de Marinha	115 948	1,8	118 358	1,6	+ 2 410	+ 2,1
10.º Encargos gerais	711 269	10,9	958 972	13,3	+247 703	+34,8
11.º Exercícios findos	3 961	0,1	5 776	0,1	+ 1 815	+45,8
<i>Soma</i>	6 519 468	100,0	7 203 512	100,0	+684 044	+10,5
<i>Despesa extraordinária:</i>						
12.º Despesa extraordinária	701 228	—	911 778	—	+210 550	+30,0
<i>Total</i>	7 220 696	—	8 115 290	—	+894 594	+12,4

XII — PLANOS DE FOMENTO

As províncias prosseguem a sua actividade de desenvolvimento sócio-económico utilizando os recursos próprios mas, para além disso, e paralelamente, o Governo Central programa e executa planos de desenvolvimento de âmbito nacional.

Os Planos de Fomento Nacionais caracterizam-se por dois aspectos muito importantes. Por um lado, contêm um programa imperativo, inteiramente a cargo do Estado ; por outro, contêm um programa indicativo, no qual o Estado também participa, mas como entidade de direito privado, e que deixa larga margem à livre iniciativa dos empresários.

Os objectivos gerais dos Planos são definidos, para todo o espaço português, pelo Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos.

No desenvolvimento da planificação nacional são tomadas em consideração as características específicas de cada uma das parcelas que constituem o território português.

O I Plano de Fomento abrangeu os anos de 1953 a 1958, tendo sido programado para a província o investimento de 1 738 000 contos.

O II Plano decorreu de 1959 a 1964. Foi para ele programado o investimento de 3 387 000 contos.

O I e II Planos de Fomento integraram apenas investimentos públicos, com exclusão dos privados.

Entre os segundo e terceiro Planos foi executado o Plano Intercalar, que abrangeu os anos de 1965 a 1967, tendo os investimentos programados atingido, só para esse período, 5 417 500 contos.

Actualmente, encontra-se em desenvolvimento o III Plano de Fomento (1968 a 1973). Os investimentos programados para a Província sobem a 17 224 700 contos.

É objectivo primário do III Plano de Fomento o alargamento do mercado interno, a dinamização do crescimento das actividades dos sectores secundário e terciário, o aumento substancial da produção e da produtividade do sector agro-silvo-pecuário, e a melhoria significativa das condições económicas, sociais e culturais. Enfim, a promoção humana e a elevação do nível de vida da população constituem o objectivo último do desenvolvimento.

Por isso, o III Plano aparece, mais vincadamente que os anteriores, voltado para a produção de bens de consumo.

Os sectores abrangidos pelo III Plano de Fomento, e os investimentos programados, reflectem bem os objectivos a que o mesmo se consagra. Assim, dos 17 224 700 contos a investir segundo o plano, cabem mais de 2 milhões ao sector da *agricultura, silvicultura e pecuária*; mais de 6 milhões e meio ao das *indústrias extractivas e transformadoras*; mais de 1 milhão aos da *energia* e da *educação e investigação*; e mais de 5 milhões ao dos *transportes, comunicações e meteorologia*. Estão, ainda, programados vultosos investimentos nos sectores da *saúde*, dos *melhoramentos rurais* e da *habitação e urbanização*.

FIM